

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INCLUSÃO DA CRIANÇA ESPECIAL
NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO**

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: UM ESTUDO COM PROFESSORES NA
CIDADE DE FORTALEZA.**

REGINA CÉLIA PRAXEDES DE SALLES

**FORTALEZA-CEARÁ
2003**

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: UM ESTUDO COM PROFESSORES NA
CIDADE DE FORTALEZA.**

REGINA CÉLIA PRAXEDES DE SALLES

**MONOGRAFIA SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM INCLUSÃO DA CRIANÇA ESPECIAL NO SISTEMA
REGULAR DE ENSINO.**

**FORTALEZA-CEARÁ
2003**

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de especialista em Inclusão da Criança Especial no Sistema Regular de Ensino pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Regina Célia Praxedes de Salles

MONOGRAFIA APROVADA EM : ____/____/____

Orientadora

Prof^a Ms. Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães.

“ Os Aros Olímpicos, ao envolverem os portadores de necessidades especiais, representam elos pela inclusão, por direito, entre o compromisso socioeducacional e o bem-estar dos povos de todas as nações”.

Elisabeth Ferretti Lemos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos Ter dado força suficiente para vencer os obstáculos encontrados durante toda à caminhada.

Meu grande companheiro Nilo José e meu filho Gabriel, pela compreensão dos motivos que me fizeram ausente em alguns momentos de suas vidas, bem como a todos os demais que vêm me acompanhando ao longo desses anos de estudo e pesquisa.

Aos meus pais, que sempre incentivaram e valorizaram à Educação.

A minha Sogra, Irmãos, Sobrinhos, Amigos e companheiros de trabalho, que incentivaram-me, auxiliando na elaboração deste trabalho, e acreditaram na minha seriedade para realiza-lo.

As minhas amigas Valéria e Silvia que muito colaboraram pesquisando, apoiando e incentivando este trabalho.

As minhas amigas Adriana Coelho, Karla, Alvina , Margarida, enfim todas as companheiras deste curso que fizeram valer sua realização.

A Clínica e Academia Aquatic, que sempre me incentivaram e acompanharam os meus desafios ao longo desses anos de estudo e pesquisa.

Ao Instituto Educacional O Canarinho, meu especial agradecimento.

Aos Professores Francelino, Ricardo Catunda e Vicente Cristino, por lutarem pela real formação do profissional de Educação Física, e a todos que lutam por essa formação.

A minha professora e orientadora Rita de Cássia Magalhães, pela compreensão, apoio, incentivo e interesse que me foram dedicados.

A Dr^a. Afonsina Campos, Neonatologista, que com suas saibas palavras soube me orientar os desafios e conquistas de meu filho Gabriel.

A toda Equipe de profissionais: Inês Christina Severo, Fonoaudióloga, Leonizia Torquillo, Terapeuta Ocupacional, Raiza Braga , Fisioterapeuta, que vem acompanhando, auxiliando e conquistando todo o processo de desenvolvimento de meu filho.

A toda Equipe de coordenação e profissionais, que fizeram a realização deste curso de especialização, o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
INTRODUÇÃO.....	08
1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	10
1.1.- Aspectos Históricos.....	10
1.2.- Tendências e Correntes da Educação Física.....	20
1.2.1. - Educação Física Higienista.....	21
1.2.2. - Educação Física Militarista	21
1.2.3. - Educação Física Pedagogicista	22
1.2.4. - Educação Física Competitivista	23
1.2.5. - Educação Física Popular	23
2. O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	25
2.1.- O Profissional de Educação Física	25
2.2.- A Responsabilidade Social do Exercício Profissional	26
2.2.1.- Da Intervenção Profissional.....	26
2.2.2.- Do Exercício Profissional	27
2.2.3.- Dos Meios da Intervenção Profissional	27
2.2.4.- Dos locais de Intervenção	27
3. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO	29
4. EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	33
4.1.- Conceituação e Terminologia da Educação Física Adaptada	33
4.2.- Esporte e Atividade Física Adaptada	35
4.3.- Educação Física Adaptada e a Prática Pedagógica	39
4.4.- Prática em Atividade Motora Adaptada	43
5. EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA	49
5.1.- Orientações Profissionais	52
6. COMO PENSAM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO.....	58

6.1- Resultados e Discussões	58
7. CONCLUSÃO	68
8. BIBLIOGRAFIA	71
9. ANEXOS	74

Resumo

Este estudo monográfico teve como objetivo realizar uma descrição e análise das concepções de professores de educação física acerca da possibilidade de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) nas suas aulas. Tomamos como objeto a informação que esse profissional tem sobre a inclusão de crianças especiais em suas aulas, e as contribuições que ela oferece à essas crianças de expandir-se através de seus movimentos. Inicialmente esclarecemos quanto à conceitualização e caracterização das pessoas portadoras de necessidades especiais, suas limitações e potencialidades. Mostramos, ainda, como esses profissionais possam viabilizar atividades físicas, desportivas, recreativas, para as pessoas portadoras de deficiência, através das principais filosofias e métodos de trabalho de Educação Física, bem como das modalidades esportivas e adaptações de regras praticadas em eventos esportivos. Realizamos, finalmente, uma pesquisa junto a uma amostra de 50 professores de educação física que atuam em Fortaleza-CE a qual demonstrou a fragilidade da formação destes profissionais e suas dificuldades para realizar aulas de educação física que incluam alunos com NEEs. Este estudo contribuiu, portanto, para apontar as necessidades que estes professores têm de ampliarem seus conhecimentos teórico-práticos acerca da inclusão e, assim, construir uma prática pedagógica que garanta as pessoas com NEEs seu direito a uma escola inclusiva e democrática.

Introdução

Há algum tempo, a educação física tem dado uma ênfase muito grande ao campo da Educação física Especial. A preocupação atual com as atividades motoras para pessoas portadoras de necessidades especiais, mostra que houve mudança significativa, embora não tenha alcançado ainda, uma dimensão capaz de influenciar e transformar sua prática em todos os níveis.

Acompanhar e contribuir para que essa mudanças ocorram é uma tarefa de instituições e de profissionais. É necessário a disseminação de informações à respeito das pessoas portadoras de necessidades especiais, quanto a suas características e necessidades, através de conhecimentos atualizados envolvidos com a realidade da Educação Física e do

desenvolvimento técnico-científico. Essa é uma mudança importante porque os profissionais atuantes na área vão se distanciando do perfil, caracterizando pela tentativa e erro e se aproximando daqueles que possuem conhecimentos relevantes para atuarem.

Cada professor fundamenta suas decisões quanto aos objetivos, métodos e conteúdos na sua bagagem adquirida, principalmente, nos cursos de preparação profissional. Infelizmente no que se refere à Educação Física para portadores de necessidades especiais, poucos são os profissionais que tiveram acesso às informações veiculadas nessa área.

Como uma área de estudo emergente, a Educação Física adaptada possui suficientes informações sobre as mais variadas deficiências/distúrbios, de modo, que os procedimentos metodológicos com as pessoas portadoras de necessidades especiais, pode ser pautado não apenas na boa vontade e intuição de alguns mas por informações provenientes de cursos de atualização na área, de resultados de estudos e pesquisas, onde a busca cada vez mais dessas informações é que permitirá o salto qualitativo na área.

Numa visão mais humanista e dinâmica a respeito da pessoa portadora de deficiência, considera-se que esta pessoa apresenta um grande potencial de desenvolvimento. A tendência é de integrar esta pessoa em um ambiente o menos restritivo possível.

Para Hobbs (1975), a melhor maneira de reduzir a rejeição é integrar a criança em atividades com crianças não-portadoras de necessidades especiais desde os primeiros anos. A interação possibilita a troca de experiência e o desenvolvimento do respeito mútuo.

Alguns professores aceitam o desafio de incluir uma pessoa portadora de necessidades especiais em suas turmas. Outros,tem consideráveis dificuldades em fazer ajustamentos necessários optando pela rejeição e conseqüente privação dos benefícios de um programa de Educação Física para aqueles alunos portadores de necessidades especiais.

O presente estudo aborda a formação do Profissional de Educação Física dentro de um trabalho inclusivo da criança com necessidades especiais no sistema regular de ensino. O **objetivo principal** foi realizar uma descrição e análise das concepções de professores de educação física acerca da possibilidade de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais(NEEs) nas suas aulas. Tomamos como objeto a informação que esse profissional tem sobre a inclusão de crianças especiais em suas aulas, e as contribuições que ela oferece à essas crianças de expandir-se através de seus movimentos.

Inicialmente fizemos um estudo bibliográfico acerca da temática inclusão e educação física adaptada; posteriormente fizemos uma pesquisa tipo *survey*. A população de nosso estudo foram todos os profissionais de Educação Física credenciados ao Conselho Regional de Educação Física (CREF) na cidade de Fortaleza-CE; um total de 3.000 professores

credenciados, que trabalham da 1ª a 8ª série do ensino fundamental e academias. A escolha da amostra de profissionais foi realizada aleatoriamente, através de sorteio de 10% da população, onde foram distribuídos 300 questionários, sendo somente devolvidos 50 deles.

Para coleta de dados foi aplicado um questionário fechado objetivando levantar:

- a) O grau de formação dos profissionais de Educação Física;
- b) Os níveis de informações sobre a Educação Física Inclusiva;
- c) A percepção dos profissionais de Educação Física em relação aos alunos com necessidades especiais x alunos “normais”;
- d) A importância da participação dos profissionais de Educação Física na inclusão destes alunos portadores de necessidades especiais na vida escolar;
- e) O nível de capacitação dos profissionais de Educação Física com relação a inclusão de crianças com NEEs na rede regular de ensino;
- f) A adesão da política de Educação Inclusiva na escola;

O questionário foi aplicado pela própria pesquisadora de forma individual, no último período letivo do ano em curso. Os dados foram organizados em gráficos.

Foram realizadas, também, duas entrevistas do tipo aberto com dois profissionais da área de Educação Física ligados ao Conselho Regional de Educação Física e a coordenação de um Curso de Graduação em Educação Física de determinada faculdade da rede privada que funciona em Fortaleza-CE.

Pretende-se com este trabalho, ainda, abrir discussões sobre a inclusão de crianças especiais nas aulas de Educação Física no sistema regular de ensino, e com isto, contribuir para a formação de profissionais mais conscientes de sua atuação.

1. - História da Educação Física.

1.1.- Aspectos Históricos.

Desde as mais antigas épocas, o homem tinha como preocupação básica a atividade natural que lhe garantia a própria subsistência. Essa atividade requeria dele um esforço físico enorme, já que dispunha de meios arcaicos para extrair da terra o seu próprio sustento.

Para MARINHO (1980; p. 29)

“Um dia vivido pelo homem primitivo nada mais é que uma intensa e longa lição de Educação Física.

Seus movimentos são os mesmo que a ciência sistematizou e trouxe para os métodos modernos de

Educação Física para constituírem o que eles possuem de mais característico e mais útil”.

Marchar, trepar, correr, saltar, lançar, defender, levantar e transportar. Esta movimentação contínua e constante repetida varias vezes durante o dia, dava ao homem primitivo este extraordinário desenvolvimento muscular que caracterizava e distinguia na evolução da espécie humana (MARINHO, 1980).

Com o surgimento do homem nômade, fazendo excursões e procurando alimentos, descobriram a necessidade de agrupamento, a fim de efetuar atividades em comum. Essas atividades variavam de grupos para grupos, havendo integração social nas festividades, nas danças, nas diversões infantis e até nas trocas de mercadorias.

Para MARINHO (1980; p. 30), em suas pesquisas viu que:

“A vida do homem primitivo não seria este caminhar eterno em busca de seu próprio alimento nem, esta constante preocupação de luta contra o inimigo. A medida que varia o seu modo de vida outras necessidades surgem e novas práticas se impõem. Do hábito de lutar contra animais, ficou-lhe a certeza de que melhor e mais seguro é abate-lo ao primeiro arremesso do seu machado de sílex ou de sua lança de pedra. Uma preocupação o atormenta, e uma necessidade surge: a de, nas horas de ócios, repetir o movimento de lançar o seu machado contra uma árvore (alvo fixo) para adquirir a precisão indispensável ao sucesso de sua luta.”

É aqui que começa a verdadeira história, após o homem ter tornado a vida mais agradável, mostrando suas imensas possibilidades.

“E o homem traz, das entranhas da terra, o ferro, que lhe faculta o domínio do mundo. Novas armas, ferramentas mais aperfeiçoadas, permitem-lhe afugentar os animais selvagens, vencer os inimigos, fixar-se à terra construindo as suas primeiras cidades; o homem pode lançar-se ao mar, atravessando-o em barcos cada vez maiores, mais resistentes e mais estáveis, ele aprende a navegar.”
(MARINHO, 1980; p.28).

As civilizações Orientais parecem ter sido o berço da Educação Física. Para TUBINO apud DAMASCENO (1997; p.07), no tempo da dinastia de Hoang – ti 2.698AC, encontramos os exercícios físicos com resultados sanitários e fisiológicos, visando, sobretudo, a segurança dos costumes.

Entre os egípcios é evidente a prática dos exercícios físicos. Babilônicos, Assírios, e Persas também dispensaram cuidados aos exercícios corporais. Porém, foi na Grécia onde a Educação Física conheceu o seu mais perfeito desenvolvimento. “ Dela fizeram os gregos uma instituição nacional

destinada a preservar o corpo e enaltecer o espírito.” (TUBINO apud DAMASCENO (1997; p.07).

Segundo MARINHO (1980; p. 47),

“os gregos pela harmonia de suas linhas, pela delicadeza de seus segmentos, pela delicadeza do semblante, nariz aquilino, olhos azuis, lábios finos, cabelos amarelados, consideravam-se e foram e são considerados o protótipo da beleza humana. Eram politeístas e seus deuses, apresentados antropomorficamente com rara formosura, habitavam o alto do monte Olimpo onde Zeus regia os demais deuses.”

Vale citar que a Grécia legou às civilizações que a sucederam incomparáveis tesouro de cultura, a qual contribuiu para as atividades físicas.

Na Grécia também resalta-se a importância dos jogos na vida do povo. Os jogos eram solenidades pan-helênicas, isto é, comuns a todas as cidades gregas, onde foram seus centros (MARINHO, 1980; p. 53):

- Olímpia, onde de quatro em quatro anos se realizavam os jogos olímpicos em honra a Zeus;
- Delfos, onde se realizavam os jogos píticos, em honra a Apolo, vencedor da serpente Píton;
- Neméia, onde se realizavam os jogos nemens, em honra a Hércules;
- O istmo de Corinto, onde se realizavam os jogos istimicos, em honra a Poseidon.

Entre todos esses jogos, os mais importantes eram os jogos Olímpicos que se tornaram memoráveis até os nossos dias.

Porém com a ascendência do poderio romano a civilização grega sofre sua decadência.

Em Roma a Educação Física, sempre teve caráter militarista, visando desenvolver a força militar e adestrar futuros guerreiros. A educação limitava-se a ensinar a ler, escrever e contar; os exercícios físicos estavam representados por jogos e pequenas tarefas agrícolas ou militares. A música e a dança aos poucos ganhou muita aceitação; a ginástica foi muito combatida porque os romanos achavam imoral e repulsiva a nudez dos ginastas e atletas.

Segundo MARINHO (1980; p. 63), os exercícios físicos eram praticados com finalidades militares e não com a preocupação estética dos gregos.

Os jogos em Roma, também tiveram caráter religioso. Com os jogos e tantas festas populares, o governo de Vespasiano viu-se cogitado a erguer

grandes construções para abrigar a multidão de espectadores, onde começaram a ser levantados os muros do anfiteatro Flaviano (mais conhecido como Coliseu).

Para MARINHO (1980, p; 74) a decadência da civilização romana se deu com :

“A opulência, o luxo, as orgias foram pouco a pouco abastando o povo romano; seus guerreiros começaram a preferir os fáceis prazeres de Roma, às duras lidas dos campos de combate.”

Para MARINHO (1980, p; 76), a Idade Média se caracteriza pela disputa entre três poderes para a direção do mundo europeu:

- ◆ “A força dos bárbaros representava o poder militar”;
- ◆ “As organizações municipais e provinciais estabelecidas pelo Direito Romano, os costumes, a família traduziam o poder civil”;
- ◆ “A substituição do paganismo pelo cristianismo e a sua disseminação e estruturação alicerçavam o crescente poder religioso. O cristianismo era o refúgio dos pobres e dos escravos que nele encontravam igualdade e fraternidade e, a isso sobretudo, se deve a sua rápida propagação.”

As Guerras Santas, na idade média, objetivava-se a formação do cavaleiro e do pajem e a exaltação da mulher (objeto das lutas e combates).

No Renascimento as correntes filosóficas dos filantropista e dos enciclopedistas aspiravam ao retorno do ideal da antigüidade ateniense – a forma educativa do homem integral

Segundo MARINHO (1980; p. 80) Compayré referiu-se a esta época;

“A Educação na Idade Média, excessivamente rígida e repressiva, que condenava o corpo a um regime demasiadamente severo e a mente a uma disciplina demasiadamente estreita, foi sucedida, pelo menos em teoria, por uma educação mais ampla e mais liberal, que concedeu a devida atenção à higiene e aos exercícios físicos ..., que busca o desenvolvimento do homem integral, mente coração e corpo, gosto e conhecimento, coração e vontade ”.

Com o Renascimento, na Europa, a preocupação com o corpo, resgatado em seu valor após séculos de condição de objeto de pecado e instrumento de penitência, passou a fazer parte paulatinamente, de programas educacionais em instituições de ensino (Manacorda, 1989). Assim, a ginástica, a dança, os jogos e as competições atléticas foram sendo integradas aos currículos em diferentes níveis de ensino, (KOLYNIK FILHO, 1996).

Nos tempos modernos, com a contribuição de grandes obras de autores como: F. Hoffman (166 – 1742), François Fénelon, Nicolau Audry de Boisregard, Jean Jacques Rousseau (1712 – 1772), João Henrique Pestalozzi (1226 – 1841), João Frederico Herbart (1776 – 1841) , Herbert Spenser (1820 – 1903), que muito contribuíram para as correntes contemporânea.

Para MARINHO (1980; p. 95), “ o naturalismo pedagógico, expressão educacional que traduzia os anseios gerais contra a ordem dominante das coisas no século XVIII, encontrou em Voltaire e Rousseau seus interprete mais brilhante.”

- ◆ “Voltaire, aristocrático, racionalista e crítico, dirigiu seu pensamento contra a Igreja e o Estado, acusando-os de responsáveis pelos fenômenos sociais e usando de destruir seu propósito de Construir”.
- ◆ “Rousseau, democrata, sentimental e romântico, dirigiu seu combate à sociedade, impregnando-se de simpatia pelas as massas e reivindicando para o homem melhores condições de vida”.

KOLYNIK FILHO (1996; p. 34, 35 , 36, 37), cita as correntes doutrinadoras, que em determinadas épocas, predominaram na Educação Física escolar em diversos países da Europa e da América;

- ❖ “Ginástica Calistênica (Doutrina Sueca): originado na Suécia e sistematizado por Per Henrik Ling (1776 – 1839), esse método consiste em exercícios para diferentes partes do corpo, com ênfase na execução rítmica e rigorosamente padronizada de movimentos, guiados sempre por um instrutor que serve como modelo. Para Ling, a ginástica podia ser realizada com objetivos e estéticos. Contudo, o método centrou-se na preparação de soldados e manutenção da saúde, pois Ling estava imbuído de um forte nacionalismo (em face do contexto político da Europa, na época) e, além disso, dedicava-se ao estudo da anatomia e da fisiologia”.
- ❖ “Método Alemão (A linha Doutrinária Alemão): essa denominação abrange atividades propostas inicialmente por Johann Bernhard Basedow (1723 – 1790) e Cristoph Friedrich Ludwig Jahn (1759 – 1839), ambos pedagogos influenciados por Rousseau. Entretanto, essas atividades foram modificadas e popularizadas por Friedrich Ludwig Jahn (1778 – 1852), um professor primário alemão fortemente nacionalista, que veio a tornar – se um herói nacional, a partir da organização de um movimento chamado Turnen (exercícios ginásticos), de inspiração patriótico-militar. O método privilegia atividades ao ar livre, com o uso de equipamento simples como tronco, barras, etc. Lutas, jogos, corridas, saltos e arremessos são os exercícios característicos do método de Jahn, originado na mesmo contexto político em que Ling propôs seu método”.
- ❖ “Método Francês: Voltado para o desenvolvimento da capacidade física, com base em conhecimentos anatomo- fisiológicos, inclui jogos, flexionamentos (exercícios posturais localizados), exercícios educativos (preparatórios para o domínio de determinados movimentos), aplicações (andar, correr, saltar, trepar, lançar e receber, transportar, atacar e defender), esportes individuais (atletismo, natação) e esporte coletivos. Esse método foi criado na escola militar francesa Joinville-le-pont, na década de 1920, e seus objetivos visam o desenvolvimento corporal e a manutenção das funções orgânicas e da aptidão física. O contexto inicial de sua utilização também foi militar”.

- ❖ “Método Natural Austríaco : proposto pelos biólogos austríacos Gaulhofer e Streicher, na década de 1920, esse método enfatiza os movimentos naturais, que respeitam a anatomia do corpo em suas relações com a gravidade. Por isso, o método natural austríacos tende a excluir exercícios que forcem as articulações e os músculos em movimento e posturas antinaturais (como exercícios acrobáticos ou com sobrecarga artificiais). Esse método surgiu como uma reação à racionalização, padronização e artificialização dos movimentos ginásticos, que refletiam as tendências de ampliação do controle e da racionalização dos movimentos no processo de produção, tendências essas exacerbadas após a Primeira Guerra Mundial”.
- ❖ “Educação Física desportiva generalizada: criado no instituto Nacional de Esportes da França, na década de 1950, e difundido no Brasil pelo professor Augusto Listello, esse método procura incorporar e valorizar as atividades esportivas como conteúdo privilegiado das aulas de educação física. A característica principal do método é a iniciação dos alunos em diferentes esportes, minimizando o formalismo dos métodos tradicionais de ginástica e apelando para o prazer de jogar, como elemento de motivação para o prazer a aprendizagem de diferentes habilidades motoras. Uma aula típica consiste em exercícios de aquecimento (marchas e pequenas corridas), seguidos de exercícios de agilidade utilizando obstáculos variados e, finalmente, prática de atividades esportivas (iniciação aos gestos esportivos e/ou jogos). Concebido com finalidade pedagógica, o método desportivo generalizado surgiu num momento em que o esporte vinha-se tornando uma prática social mais valorizada, obtendo maiores investimentos públicos e privados e, por conseguinte, constituindo-se em expressão de múltiplos interesses político-econômico”.
- ❖ “Psicocinética: embora esse termo designe uma área de estudos, pode-se associar a psicocinética a um conjunto de atividades de cunho eminentemente pedagógico, direcionadas para crianças desenvolvidas a partir de estudos em psicomotricidade, notadamente na França e na Alemanha. Um autor de grande importância na sistematização da psicocinética é o francês Jean Le Boulch, autor de vários trabalhos sobre o tema. Em síntese, o método dirige-se ao desenvolvimento das chamadas capacidades psicomotoras (esquema corporal, coordenação, etc.) e caracteriza-se pela execução de uma grande variedade de movimentos, em diferentes situações, com e sem material já automatizado. Desta forma, a ênfase recai no movimento efetuado conscientemente, uma vez que o desenvolvimento humano é concebido como processo em que as dimensões cognitiva, afetiva e motora são integradas”

Na Revolução Industrial houve um aperfeiçoamento de técnicas e métodos, tanto na parte industrial como na Educação Física, e a utilização de máquinas no processo de produção de consumo utilizados pelo homem.

Na sociedade moderna há grande valorização da capacidade produtiva e da juventude, valorização exacerbada do trabalho e da atividade.

O homem, no período contemporâneo, passa a ser encarado como uma unidade psicobiológica entendida em seus aspectos físicos, psicológico e intelectual. E a educação como uma realidade educacional.

Veremos agora o envolvimento da Educação Física no contexto histórico que possibilitou sua inclusão nos currículos escolares.

Segundo VAGO (1997; p. 47), com o desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa entre os séculos XVIII e XIX, a produção artesanal e a manufatureira foi substituída pela grande indústria, o que trouxe mudanças radicais na estrutura social.

Buscou-se então nas escolas uma forma de preparação para o trabalho fabril.

...”A proliferação da indústria iria exigir um novo tipo de trabalhador. Já não bastava que fosse piedoso e resignado, embora isso continuasse sendo convenientemente necessário. A partir de agora, devia aceitar trabalhar para outro e fazê-lo nas condições que este outro lhe impusesse. Se os meios para dobrar os adultos iam ser a fome, o internamento ou a força, a infância (os adultos da geração seguinte) oferecia a vantagem de ser modelada desde o princípio de acordo com as necessidades da nova ordem capitalista e industrial, com as novas relações de produção e os novos processos de trabalho”. (ENGUIITA apud DAMASCENO (1997; p. 08).

A preparação desta mão-de-obra foi apoiar-se na escola para a formação destes jovens trabalhadores.

Compreender particularmente a função social imposta ao ensino da Educação Física no interior da escola, naquele contexto histórico, torna-se importante.

Com o aumento do trabalho fabril, que instalava-se especialmente na região urbana, fez necessário uma adaptação das crianças oriundas da região rural. Neste momento a Educação Física dirige sua atuação para este fim.

Para NOGUEIRA apud DAMASCENO (1997; p.09), três fatores vinculam o ensino da Educação Física ao modo de produção capitalista. O primeiro deles diz respeito à necessidades de ajustar as crianças, de ordem operária e campestre ao modo de vida urbana. Por meio da disciplina induzida pelo exercício ginástico chega-se a uma padronização dos comportamentos, baseado no padrão de vida urbano e era isto o que se buscava.

O caráter compensatório da Educação Física foi o aspecto motivador da inclusão desta nos currículos escolares, isto é o que indica o terceiro fator.

Segundo NOGEIRA apud DAMASCENO (1997; p. 09) a Educação Física foi utilizada também como meio de equilibrar os danos causados à saúde das crianças operárias pelo trabalho precoce e prolongado na fábrica.

A nível do implemento da Educação Física nas escolas europeias pode-se dizer que disciplinarização e aculturação, preparação da mão-de-obra para o trabalho e compensação dos efeitos nocivos do trabalho ao corpo humano constituem sua função social.

No século XIX o trabalho físico passa a ser olhado com atenção pelo estado e liga-se a temas como o cuidado ao corpo. Nesse cuidado inclui-se a formação de hábitos como: tomar banho, escovar os dentes, lavar as mãos... e exercícios físicos como fator higiênico (SOARES apud DAMASCENO, 1997; p.10).

Cuidar do corpo significou cuidar também da nova sociedade em construção. Força de trabalho produzida e posta em ação pelo corpo passa a ser vista como fonte de lucro.

Desenvolver e fortalecer física e moralmente os indivíduos era, portanto uma das funções a serem desempenhadas pela Educação Física no sistema educacional e uma das razões para sua existência.

“Numa sociedade onde a ciência transforma-se em uma nova religião. O caráter científico conferido à Educação Física constituía-se em fator determinante para sua consideração e respeito no interior do sistema educacional” (BRACHT apud DAMASCENO (1997; p.10).

Assim, entrelaçam-se os rígidos métodos militares e o conhecimento cientificista na atuação da Educação Física imprimindo uma identidade pedagógica à mesma, no currículo escolar.

No Brasil a Educação Física esteve no século passado estreitamente vinculada as instituições militares e à classe médica. Esses vínculos foram determinantes, tanto no que diz respeito á concepção da disciplina e suas finalidades quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser ensinada.

CASTELLANI FILHO (1988) encontra em seus estudos a mesma influência do pensamento médico-higienicista no desenvolvimento da Educação Física nas escolas, que como na Europa foi implementada sob inspiração militar para atender a uma necessidade da indústria capitalista emergente.

Visando melhorar a condição de vida, muitos médicos assumiram uma função higienista e buscaram modificar os hábitos de saúde e higiene da população. A Educação Física, então favorecia a educação do corpo, tendo como meta a constituição de um físico saudável e equilibrado organicamente,

menos suscetível as doenças. Além disso havia no pensamento político e intelectual brasileiro da época preocupação em o melhoramento genético da raça humana. Como o continente de escravos negros era muito grande, havia o temor de uma “mistura” que “desqualificasse” a raça branca. Dessa forma, a educação sexual associada à educação física deveriam incutir nos homens e nas mulheres a responsabilidade de manter a “pureza” a qualidade da raça branca.

Embora a elite imperial estivesse de acordo com os pressupostos higiênicos, eugênicos e físicos, havia uma forte resistência na realização das atividades físicas por conta da associação entre o trabalho físico e o trabalho escravo. Qualquer ocupação que implicasse em esforço físico era vista com maus olhos, considerada “menor”. Essa atividade dificultava que se tornasse obrigatória a prática de atividade física nas escolas.

Para CASTELLANI FILHO (1988), dentro desta conjuntura, as instituições também militares sofreram influência da filosofia positivista, o que favoreceu que tais instituições também pregassem a educação do físico. Almejando a ordem e o progresso, era de fundamental importância formar indivíduos fortes e saudáveis, que pudessem defender a pátria e seus ideais.

No ano de 1854, foi feita a reforma de ensino de Couto Ferraz, a qual tornou obrigatória a prática da Educação Física nas escolas do município da corte. De um modo geral houve grande contrariedade por parte dos pais em ver seus filhos envolvidos em atividades que não tinha caráter intelectual. Em relação aos meninos a tolerância era um pouco maior, já que a idéia de ginástica associava-se às instituições militares, mas, em relação às meninas, houve pais que proibiram a participação de suas filhas. (KOLYNIK FILHO, 1996).

Segundo KOLYNIK FILHO(1996; p.39):

“Rui Barbosa, em 1882, dando parecer sobre um projeto de reforma do ensino primário, recomendou a inserção obrigatória da ginástica para ambos os sexos, tanto na escola primária como na formação de professores. Além disso propôs que essa matéria e seus professores deveriam ser equiparados a outras disciplinas escolares, em termos de autoridade, valor e vencimentos”.

No início deste século, a Educação Física, ainda sob o nome de Ginástica, foi incluída nos currículos dos estados da Bahia, Ceará, Distrito federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Nessa mesma época a educação brasileira sofria uma forte influência do movimento escolanovista, que evidenciou a importância da Educação Física no desenvolvimento integral do ser humano.

A Educação Física que se ensinava nessa época era baseada nos métodos europeus – o sueco, o alemão e, posteriormente, o francês -, que se firmavam em princípios biológicos. Faziam parte de um movimento mais amplo,

de natureza cultural, política e científica, conhecido como movimento ginástico europeu, e foi a primeira sistematização científica de Educação Física.

Na década de 30, no Brasil, dentro de um contexto histórico e político mundial, com a ascensão das ideologias nazista e fascistas, ganham força novamente as idéias que associam a eugeniação da raça à Educação Física.. O Exército passou a ser a principal instituição a comandar um movimento em prol do ideal da Educação Física que se mesclava aos objetivos patrióticos e de preparação pré-militar. O discurso eugênico logo cedeu lugar aos objetivos higiênicos e de prevenção de doenças, estes sem, passíveis de serem trabalhados dentro de um contexto educacional. (KOLYNIK FILHO, 1996).

Apenas em 1937, na elaboração da constituição, é que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras.

Ainda nos anos 30, tiveram por característica uma mudança conjuntural bastante significativa no país : o processo de industrialização e urbanização e o estabelecimento do Estado Novo. Nesse contexto, a Educação Física ganhou novas atribuições : fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade produtiva e desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade.

Segundo CASTELLANI FILHO (1988), do final do Estado Novo até a promulgação da Lei de Diretrizes e Base de Educação Nacional, de 1961, houve um amplo debate sobre o sistema de ensino brasileiro. Nessa Lei ficou determinado a obrigatoriedade da Educação Física para o ensino primário e médio. A partir daí, o esporte passou a ocupar cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física. O processo de esportivação da Educação Física escolar iniciou com a introdução do método desportivo generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar esporte, que já era uma instituição bastante independente, adequando-o a objetivos e práticas pedagógicas.

Na década de 70, a Educação Física ganhou, mais uma vez, funções importantes para a manutenção da ordem e progresso. O governo militar investiu na Educação Física em função de diretrizes pautadas no nacionalismo. As atividades esportivas também foram consideradas como fatores que poderiam colaborar na melhoria da força de trabalho para o “milagre econômico” brasileiro. Nesse período estreitaram-se os vínculos entre esporte e nacionalismo. Um exemplo foi a companhia da seleção brasileira de futebol na copa do mundo em 1970.

Em relação ao âmbito escolar, a partir do Decreto nº 69.450, de 1971, considerou-se a Educação Física como “atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”. A falta de especificidade do decreto manteve a ênfase na aptidão física, tanto na organização das atividades como no controle e avaliação. A iniciação esportiva a partir da 5ª série do 1º grau (atualmente ensino fundamental), tornou-se um dos eixos fundamentais de ensino; buscava-se a descoberta de novos talentos que pudessem participar de competições internacionais. (MEC / SEF, 1997).

O campo de debates se fertilizou e as produções surgiram apontando o rumo das novas tendências da Educação Física. A criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Educação Física, o retorno de professores doutorados fora do Brasil, as publicações de um número maior de livros e revistas, bem como o aumento do número de congressos e outros eventos dessa natureza foram fatores que também contribuíram para esse debate.

A lei de Diretrizes e Base – 9394, promulgada em 20 de Dezembro de 1996, busca transformar o caráter que a Educação Física assumiu nos últimos anos ao explicar no art. 26, parágrafo 3º, que : “ a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativo nos cursos noturno”. Dessa forma, a Educação Física, deve ser exercida em toda a escolaridade da primeira série de ensino fundamental, à terceira série do ensino médio, não somente de quinta à oitava série, como era anteriormente. (MEC / SEF, 1997).

Foi uma grande luta para a Educação Física chegar aos grandes processos de discussões, hoje visto nos centros de produção de conhecimento do país. Percebo que muitos erros ainda são cometidos pelos “profissionais” da nossa área que ainda vivem num verdadeiro comodismo de suas aulas sem objetivos. Mas também, percebo o grande interesse de alguns profissionais que tentam reciclar-se para oferecer uma aula de Educação Física com qualidade e segurança, e reconheço o grande desafio que enfrentamos quando não temos nem local para ministrarmos nossas aulas, quanto mais material.

No Congresso Mundial de Educação Física, realizado no Rio de Janeiro em Agosto de 1996, concluiu-se que a Educação Física deve ser Trabalhada com o fim de melhorar a qualidade de vida humana e que o principal objetivo desta deve ser o de desenvolver uma cultura de prática da atividade física permanente, que extrapole a atividade formal

Acredito Ter, com esse breve histórico contextualizado a Educação Física e sua prática ao longo dos anos.

1.2.- Tendência e Correntes da Educação Física.

Segundo professor GUENA (1987), as cinco tendência da Educação Física Brasileira:

- ◆ À Educação Física Higienista (até 1930);
- ◆ À Educação Física Militarista (de 1930 á 1945);
- ◆ À Educação Física Pedagógicista (de 1945 á 1964);
- ◆ À Educação Física Competitivista (após 1964);
- ◆ À Educação Física Popular.

1.2.1. - Educação Física Higienista:

Entre as várias concepções da Educação Física, existe pelo menos um ponto comum : a insistência na tese da Educação Física como atividade capaz de garantir a aquisição e manutenção da saúde individual. Com maior ou menor ênfase, as concepções da Educação Física de modo geral, não deixam de resgatar versões que, em última instância estariam presas no lema “ mente sã em corpo sã”.

Para Ling, “a ginástica pedagógica e higiênica tem por fim submeter o corpo à vontade; ela é essencialmente educativa e social. Ele insiste sempre sobre a sua importância para satisfazer às necessidades da alma quanto às do corpo. Ela se destina aos dois sexos, a todas as idades, a todas as constituições e se pratica dentro de todas as condições materiais e sociais. Ela assegura a saúde, sendo essencialmente respiratória, a beleza por seus efeitos corretivos e ortopédicos. Ela é energética e viril pelo emprego econômico das forças e a formação do caráter, social e patriótica pela educação disciplinada da célula humana a serviço da sociedade. Por meios simples ela assegura resultados certos. (MARINHO (1980; p 97,98)).

Para GUENA (1987), na Educação Física Higienista, a questão da saúde está em primeiro plano, cabendo á Educação Física um papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios, fortes, dispostos á ação.

Trata-se uma concepção que se preocupa em erguer a Educação Física como “ agente de saneamento público”, na busca de uma sociedade livre das doenças infecciosas e de vícios deteriorados da saúde e do homem, do povo.

Mas do que isso, a Educação Física Higienista não se responsabiliza somente pela saúde individual das pessoas. Em verdade, ela age como protagonista num projeto de assepsia social. Para tal concepção a ginástica, o desporto, os jogos recreativos etc. devem antes de qualquer coisa, disciplinar os hábitos das pessoas no sentido de leva-los a se afastarem de práticas capazes de provocar a deterioração da saúde e da moral, o que comprometeria a vida coletiva.

1.2.2. - Educação Física Militarista:

Para GUENA (1987), a Educação Física militarista não se resume numa prática militar de preparo físico. É uma concepção que visa impor a toda sociedade padrões de comportamento estereotipados, juntos da conduta disciplinar própria ao regime de caserna.

Conforme Ling, Ginástica militar, entende a arte das armas que deve cooperar na formação geral. Admirador da força e das qualidades guerreiras dos antigos Normandos, ele próprio participava dos assaltos de esgrima. (MARINHO, 1980).

Segundo GUENA (1987), assim como a Educação Física Higienista, a Educação Física Militarista, também está seriamente preocupada

com a saúde individual e com a saúde pública. Porém o objetivo fundamental da Educação Física Militarista é a obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate, a luta, a guerra. Para tal concepção a Educação Física deve ser suficientemente rígida para elevar a nação a condição de servidora e defensora da pátria.

“Diferente da Educação Física Higienista, que se acreditava capaz de redimir o povo de que o leva as condições de deterioração da saúde, a Educação Física Militarista, por sua vez, visa à formação da “ cidadão-soldado”, Capaz de obedecer, cegamente e de servir de exemplo para o restante da juventude pela sua bravura e coragem”. (GUENA (1987; p. 09).

1.2.3. - Educação Física Pedagógica:

Conforme GUENA (1987), tanto a Educação Física Higienista como a Educação Física Militarista, não colocam de forma sistemática e contundente, a problemática da Educação Física como uma atividade prioritariamente educativa, ou seja, como disciplina comum aos currículos escolares. A educação Física Pedagógica é, pois a concepção que vai reclamar da sociedade a necessidade de encarar a Educação Física não somente como a prática capaz de promover a saúde ou de disciplinar a juventude, mas de encarar a Educação Física como uma prática eminentemente educativa. Ela vai advogar a “Educação do Movimento” como única forma capaz de promover a chamada “Educação Integral”.

A Educação Física Pedagógica está preocupada com a juventude que frequenta as escolas. A ginástica, a dança, o desporto, etc., são meios de educação do aluno capaz de levar a juventude a aceitar as regras de convívio democrático e de preparar as novas gerações para o altruísmo, o culto a riquezas nacionais, etc.

Para GUENA (1987), o sentimento corporativista de valorização de profissional de Educação Física permeia a concepção pedagógica. A Educação Física é encarada com algo útil e bom socialmente e deve ser respeitada acima das lutas políticas dos interesses de diversos grupos ou de classes. Porém, é possível jogar um sistema nacional de Educação Física capaz de promover a Educação Física do homem brasileiro, respeitando suas peculiaridades culturais, físico-morfológicas e psicológicas.

1.2.4. - Educação Física Competitivista:

Para GUENA (1987; p. 09), como a Educação Física Militarista, a Educação Física Competitivista também está a serviço de uma hierarquização e elitização social. Seu objetivo fundamental é a caracterização da competição e da superação individual como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna.

A Educação Física Competitivista volta-se então para o culto do atleta-herói; aquele que a despeito de todas as dificuldades chegou ao pódio.

Porém aqui a Educação Física fica reduzida ao “desporto de alto nível”.

No âmbito da Educação Física Competitivista, a ginástica, o treinamento, os jogos recreativos etc., ficam submetidos ao desporto baseado nos avançados estudos da fisiologia do esforço e da biomecânica, capazes de melhorar a técnica desportiva. A Educação Física é sinônimo de desporto, e este, sinônimo de verificação é performance.

Segundo GUENA (1987), assim como a Educação Física Pedagógica, também a Educação Física Competitivista advoga uma neutralidade em relação aos conflitos políticos - sociais. O desporto é um bem em si, deve ser protegido por qualquer tipo de governo. Daí adquirir a literatura em Educação Física em caráter tecnicista, sobrecarregada de temas ligados ao treinamento e as diversas variantes de questões relacionadas à “Medicina Desportiva”.

Apesar de negar, a Educação Física Competitivista é uma “Máquina de Guerra” das classes dirigentes na tarefa de desmobilização da organização popular.

Tanto o desporto de alto nível, que é o desporto espetáculo, é oferecido em doses exageradas pelos meios de comunicações à população, como, explicitamente, é introduzido no meio popular através de ações governamentais.

1.2.5. - Educação Física Popular:

Com certo cuidado posso dizer que a Educação Física Popular se sustenta quase que exclusivamente numa teorização oralmente entre as gerações de trabalhadores deste país. Boa parte dos documentos (jornais, revistas, etc.) do movimento operário e popular, que poderiam conter uma teorização pelo menos um relato sobre as práticas de Educação Física autônoma dos trabalhadores, não escapou aos olhos e garras das classes dominantes.

Porém, do material existente é possível resgatar uma concepção de Educação Física que, paralelamente e subterraneamente, veio historicamente se desenvolvendo com e contra as concepções ligadas à ideologia dominante.

Segundo GUENA (1987; p. 10), a “Educação Física Popular não está preocupada com a saúde pública, pois entende que tal questão pode ser discutida independentemente do levantamento da problemática forjada pela atual organização econômica - social e política do país. A Educação Física Popular também não se pretende disciplinadora de homens e muito menos está voltada para o inventivo da busca de medalhas”.

Ela é, antes de tudo, “ludicidade e cooperação”, e aí o desporto, a dança, a ginástica etc., assumem um papel de promotores da organização e mobilização dos trabalhadores.

“A Educação Física popular não se pretende educativa, no sentido em que tal palavra é usada pelas demais concepções. Ela entende que a educação dos trabalhadores está intimamente ligada ao movimento de organização das classes populares para o embate da prática social, ou seja, para o confronto cotidiano imposto pela luta de classes”.(GUENA, 1987; p.11).

Ao longo do desenvolvimento da Educação Física muitas correntes surgiram. “ Todas essas correntes coexistem na atualidade com maior ou menor difusão. De fato, uma nova corrente pedagógica não elimina as anteriores, o novo convive com o velho, como em toda prática social”. (KOLYNIAC FILHO, 1996, p.39).

2. - O Profissional de Educação Física.

Por determinação da Lei nº 9696, de 01 de Setembro de 1998, que a regulamentou a profissão de Educação Física, é privilégio do profissional graduado em curso superior de Educação Física (licenciado ou bacharelado) com registro no sistema CONFEF/CREFs, a prestação de serviços à população em todas as atividades relacionadas à Educação Física e nas suas diversas manifestações e objetivos. É um campo profissional legalmente organizado, integrado a área da “Saúde e da Educação”, sendo necessário que, em todas as ocupações profissionais do campo da Educação Física, se considere esta nova realidade. (cf. DOCUMENTO DE INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA)

O profissional de Educação Física durante muito tempo atravessou muitos obstáculos até a regulamentação da profissão. Lembro-me quando as

aulas de Educação Física foram excluídas dos currículos escolares, resultado de um comodismo de certos profissionais relapso que não tinha objetivo nenhum em suas aulas, e hoje com a grande vitória da regulamentação profissional brasileira, aderiram o desafio da qualificação. Profissionais que antes não tinham o menor interesse com seus alunos, hoje procuram se qualificarem através de estudos, pesquisas, tentando aprimorar-se para não ficarem de fora do mercado de trabalho, preocupados em conseguirem um padrão de aula, conhecendo profundamente a realidade dos alunos, respeitando a individualidade daqueles que não tem habilidades para determinadas atividades, mas mesmo assim se propõe em participar sem nenhum constrangimento.

O profissional de Educação Física hoje esta preocupado em transmitir ao aluno coisas básicas para tornar a atividade física algo inserido na sua realidade, não só como lazer, mas como uma necessidade para garantir uma vida saudável, pois um corpo bem tratado garante a auto-estima e transmite confiança

De acordo com o Documento de Intervenção do Profissional de Educação Física:

2.1 - O Profissional de Educação Física:

“O profissional de Educação Física é especialista em atividades Físicas, nas suas diversas manifestações – ginástica, exercícios físicos, jogos, desportos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobática, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais, tendo como propósito prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da Educação e da Saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento fisiocorporal dos seus benefícios visando à consecução do bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais, contribuindo ainda para a consecução da autonomia, da auto-estima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo”.

2.2 - A Responsabilidade Social no Exercício Profissional:

2.2.1- Da Intervenção Profissional:

“A intervenção profissional é a aplicação dos conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos, sobre a atividade física, com responsabilidade ética”.

A intervenção dos profissionais de Educação Física é dirigida a indivíduos e/ou grupos alvo, de diferentes faixas etárias, portadores de diferentes condições corporais e/ou com necessidades de atendimentos especiais e desenvolve-se de forma individualizada e/ou em equipe multiprofissional, podendo, para isso, considerar e/ou solicitar avaliação de outros profissionais, prestar assessoria e consultoria.

O profissional de Educação Física Utiliza diagnóstico, define procedimentos, ministra, orienta, desenvolve, identifica, planeja, coordena, supervisiona, leciona, assessora, organiza, dirige e avalia as atividades físicas, desportivas e similares, sendo especialista no conhecimento da atividade

física/motricidade humana, nas suas diversas manifestações do movimento humano presentes na sociedade, considerando o contexto social e histórico-cultural, as características regionais e os distintos interesses e necessidades, com competências e capacidades de identificar, planejar, programar, coordenar, supervisionar, assessorar, organizar, lecionar, desenvolver, dirigir, dinamizar, executar e avaliar serviços, programar, planos e projetos, bem como, realizar auditorias, treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares, informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas das atividades físicas, do desporto e afins.

O profissional de Educação Física, pela natureza e característica da profissão que exerce, deve ser devidamente registrado no Sistema CONFEF/CREFs – Conselho Federal/ Conselho Regionais de Educação Física, possuidor da Cédula de Identidade profissional, sendo interventor nas dimensões de seu campo de atuação profissional, o que supõe pleno domínio do conhecimento da Educação Física (conhecimento científico e pedagógico), comprometido com a produção, difusão e socialização desse conhecimento a partir de uma atitude crítico-reflexiva.”

2.2.2- Do Exercício Profissional:

“O Profissional de Educação Física exerce suas atividades por meio de intervenções, legitimadas por diagnósticos, de prescrição e de orientação de sessões de atividades físicas e intelectivas, com fins educacionais, recreacionais, de treinamento e de promoção da saúde, observando a legislação pertinente e o Código de Ética Profissional e, sujeito à fiscalização em suas intervenções no exercício profissional pelo Sistema CONFEF/CREFs”.

2.2.3- Dos Meios da Intervenção Profissional:

“Na sua intervenção, o Profissional de Educação Física utiliza-se de procedimentos diagnósticos, técnicas e instrumentos de medidas e avaliação corporal, programação e aplicação de dinâmicas de cargas, técnicas de demonstração, auxílio e segurança à execução dos movimentos, servindo-se de instalações e materiais, música e instrumentos musicais, tecnicamente apropriados”.

2.2.4- Dos Locais de Intervenção:

“O exercício do Profissional de Educação Física é pleno nos serviços à sociedade, no âmbito das Atividades Físicas e Desportivas, nas suas diversas manifestações e objetivos.

O Profissional de Educação Física atua como autônomo e/ou em instituições e órgãos públicos e privados de prestação de serviço em Atividades Físicas, Desportivas e/ou Recreativa e em qualquer locais onde possam ser ministradas atividades físicas, tais como: Instituições de Administração e prática Desportiva, Instituições de Educação, Escolas, Empresas, Centros e Laboratórios de Pesquisa, Academias, Clubes, Associações Esportivas e/ou Recreativas, Hotéis, Centros de Estéticas, Instituições e Órgãos de Saúde, SPAs, Centro de Saúde, Hospitais, Creches, Asilos, Circos, Centros de Treinamento Desportivo, Centro de Treinamento de Lutas, Centro de Treinamento de Artes Marciais , Grêmios Desportivos, Logradouros Públicos, Praças, Praças, na natureza e outros, onde estiverem sendo aplicadas atividades físicas e/ou desportivas”.

Segundo presidente do Conselho Federal de Educação Física, Jorge Steinhilber:

“A Educação Física brasileira, bem como a profissão de Educação Física, vivem momentos de transição e de mudanças de paradigmas, tornando-se cada vez mais necessário evidenciar, identificar e desenvolver suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas”. (DOC. DE INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA).

A área da Educação Física hoje contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade sobre o corpo e a motricidade. Entre eles, consideram-se fundamentais as atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde.

Hoje o profissional de Educação Física teve seu conceito renovado, precisamos readaptar nossas atuações, e que a ética profissional tenha como objetivo estabelecer um consenso suficientemente capaz de comprometer todos os profissionais de Educação Física a assumir um papel social.

3. - Educação Especial e Inclusão.

Historicamente, a expressão Educação Especial tem sido usada quando fazemos referência à educação das pessoas com necessidades especiais.

Segundo FERREIRA (1993), esta expressão vai além da educação escolar, por incluir outros campos, como a reabilitação física, a estimulação precoce e outras áreas afins. Portanto, “engloba, atualmente, todos os serviços, procedimentos e instituições que se dedicam ao indivíduo tido como excepcional” (FERREIRA, 1993; p. 17).

Porém, a Educação Especial tem como objetivo a educação das pessoas portadoras de deficiência, ou seja, não faz referências a uma formação completa, do homem participativo,

A Educação para pessoas ditas normais, e a Educação para pessoas portadoras de necessidades especiais, ou seja, uma para os que seguem a regra, o padrão, e outra para os que fogem à regra, estão fora do padrão, segundo WERNECK (1997; p. 34), é uma “ espécie de mundo paralelo que somos educados para ignorar mas que, na verdade, é o nosso mundo” E não podemos ignorar, pois não existe relação direta entre pessoas portadoras de deficiência com Educação Especial.

Sabe-se que, de acordo com o grau de comprometimento por algum fator biológico ou social, essa pessoa possuirá limitações, e limitações todos nós temos. O autor coloca que “ a existência de uma deficiência não faz necessariamente com que o seu portador não possa ser bem atendido mediante os processos comuns de educação” (MAZZOTTA , 1982; p. 17).

Hoje, mesmo com algumas mudanças, principalmente no que se refere a paradigmas que têm como princípio o reconhecimento de um mundo melhor, vemos, na prática, no nosso dia à dia, a Educação Especial ser tratada à parte e a pessoa portadora de deficiência ser discriminada, tendo os seus direitos à educação negado.

Porém, na realidade, além do grau de deficiência determinar o tipo e o local – escola regular ou especial - , temos que levar em consideração as condições dos serviços educacionais existentes em cada comunidade. Esses, juntos às necessidades educacionais de cada criança, é que irão definir tal situação. Portanto, a partir do que nos foi colocado pelos autores, a Educação Especial foi e continua sendo uma educação à parte, que disfarça e assume os problemas da educação geral, ou seja, que tenta ocultar o seu fracasso.

FERREIRA (1993; p. 16) diz que se percebe “ a convivência, no discurso da Educação Especial, de conceituações generalistas e abrangentes, ao lado de descrições específicas, categóricas e exclusivista”. Significa dizer que o fato de existir uma definição de normalidade, faz com que lado exista o da anormalidade, uma segue a norma, o padrão e a outra, foge.

Numa abordagem sócio-antropológica, SKLIAR apud FARIAS (1999; p. 25), coloca-nos que os fatores mais relevantes que caracterizaram a situação da Educação Especial são: “ primeiro, a dificuldade de definir o que é e para quem é este tipo de educação e, segundo, a insistência de um modelo clínico-terapêutico na abordagem educativa desse alunado.

Como problema referente aos dois fatores citados, o autor revela que, em relação ao primeiro, impõe-se restrições tanto no que se refere às instituições quanto à ideologia e à pedagogia utilizadas, dando-lhes um caráter menor e especial para o sujeito e a instituição. Em relação ao segundo, é a contradição existente entre modelo educativo e modelo clínico-terapêutico, um com perspectivas educacionais, trabalhando a construção social do sujeito e o outro trabalhando a cura da deficiência.

SKLIAR, apud FARIAS(1999; p. 26), cita que existe uma “ pretensão de definir os sujeitos com alguma deficiência como pessoa incompleta”, para melhor praticar o paternalismo e exercer a globalização. A questão é “ obstinar-se contra o déficit” (p. 11). Fica claro que existe num modelo clínico, em termos de conseqüências sociais, é um mal maior. Maior porque, Lembrando LORENA apud FARIAS (1999; p.26) deficiência não é doença, doença, é um processo e deficiência é um estado físico ou mental eventualmente limitador. E como todos nós temos limitações, antes de tudo é necessário reconhecermos o valor de cada um.

Segundo FERREIRA (1993; p. 15), o Conselho Federal de Educação conceitua essa população como crianças “ cujo comportamento se afasta de tal maneira do considerado normal, que os currículos para classes regulares tornam-se inadequados às suas necessidades”. Percebe-se então uma conceituação generalista e abrangente, mascarando o descaso dos órgãos públicos com a questão.

Para WERNECK (1997; p. 34) , “deficiência é a relação entre as limitações do indivíduo e as barreiras impostas a ele pelo meio ambiente”. Porém, a autora questiona os limites existentes entre deficiência e sociedade e sobre que significa realmente ser ou não ser deficiente. O avanço da modernidade seria reconhecer a diversidade do alunado , encontrar respostas viáveis no processo ensino-aprendizagem, sem deixar de trabalhar, desde o início o preconceito.

Conforme TELFORD & SAWREY (1984), existem definições e estatísticas, a partir de medições com utilizações de escalas, escores de testes, ou outros critérios em relação a alguns tipos de indivíduos desviantes. É o caso dos mentalmente retardados, dos intelectualmente superdotados, dos

de audição difícil e os surdos e ainda dos que têm cegueira caracteristicamente definidas. Em outras áreas, ou seja, em outros tipos de indivíduos desviantes, como “os deficientes ortopédicos, os desajustados sociais, os emocionalmente perturbados, os epiléticos e os indivíduos com defeito na fala” (p. 25).

Os critérios utilizados são os de utilidade social. Em decorrência desses critérios, os autores citados nos colocam que:

A expressão indivíduo excepcional habitualmente se refere às pessoas que diferem da média em tal grau que são percebidas, pela sociedade, como necessitando de tratamento educacional, social ou ocupacional especializado (TELFORD & SAWREY, 1984; p. 25).

Concluimos então, que o portador de deficiência é uma pessoa que possui um comprometimento em uma ou mais área (física, sensorial, cognitiva), e quanto mais desvia-se dos padrões de normalidade estabelecidos nas sociedades mais marginalizado se torna. O seu valor é diretamente ligado à sua limitação (deficiência), esquecendo-se assim das suas capacidades.

Porém, podemos dizer que os conceitos dados pelos diversos autores, que há uma relação intrínseca com a sociedade, ou seja, são conceitos que variam de acordo com o tempo, com o modo de produção, com o que é culturalmente construído em quanto normalidade, sendo assim variam de um lugar para outro e de geração para geração.

Isso nos remete a algumas reflexões em relação a nossa realidade educacional, país de terceiro mundo, preconceituosa, não só com os portadores de deficiência, mas com todos os representantes de outros grupos que são minorias: negros, indígenas, meninos de rua etc. Conseguimos sair da condição de escola excludente para escola inclusiva?

Não estamos discutindo sobre o tema em todos os lugares e momentos em que se discute a educação geral, a discussão ainda acontece de forma isolada. As leis, principalmente a LDB 9.394/96, também não o colocam na redação de capítulos referentes à educação infantil, ao ensino fundamental, ao ensino médio e ao ensino superior, mas em um capítulo específico que não representa uma mudança qualitativa, mas quantitativa, como nos lembra CARVALHO (1998) em uma crítica a referida lei. A justificativa de cuidados especiais continua excluindo de forma generalizada essas pessoas do convívio social mais amplo.

Estamos chegando com um novo discurso na área da Educação Especial. O discurso da Inclusão, dos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino. Os mesmos já passaram por fases de exclusão (ignorados e rejeitados pela sociedade), de segregação institucional (isolados do convívio da família e da sociedade), de integração (classes especiais dentro de escolas comuns), o que ainda não acontece em todos os lugares e não podemos dizer que seria o ideal, na forma como acontece (SASSAKI apud FARIAS, 1999; p. 60).

As discussões sobre o tema têm acontecido mundialmente e o Brasil participou das mesmas. O novo paradigma, a Inclusão de Todos, sem dúvida

nenhuma, constitui-se um processo democrático onde regras adotadas pela maioria devem respeitar as minorias. O acesso, a permanência e o sucesso do alunado na escola devem ser ampliados e garantidos.

Quebrar barreiras não é fácil, representa a coragem de criar, inovar, questionar o estabelecido. Em torno da Educação Especial, do portador de deficiência, essas são inúmeras. O caminho a percorrer é longo e temos alguns empecilhos: a formação do professor, a ação conjunta da Educação Regular com a Especial.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e diversas declarações das Nações Unidas que culminaram nas Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, é que foi elaborada a Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. A referida declaração foi aprovada pela Confederação Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, que aconteceu em Salamanca, Espanha, 1994.

Conforme CARVALHO (1997), as recomendações contidas na Declaração de Salamanca a respeito das providências que devem ser tomadas pelos sistemas de ensino para a Inclusão primam por: “ acesso, permanência e sucesso de todas as crianças na escola; implantação de programas que respeitem as necessidades de cada um dos alunos; programas de capacitação para professores, com informações e práticas de ensino na área de Educação Especial; uma Educação Especial como parte integrante da Educação Geral; um trabalho de sensibilização com a comunidade, para esta acolher em seu seio os excluídos; participação dos interessados (portadores de deficiência, pais, etc.) na tomada de decisões pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem; estímulo a pesquisas na área e criações de fundos que permitam a relação de proposta.

Acreditamos que o caminho a percorrer ainda é muito longo, afinal reconhecer as diferenças e fazer delas um trunfo para promover a aprendizagem em clima de solidariedade significa perpassar séculos de indiferença da maioria da população em relação às minorias.

Fatores como a má distribuição de renda, as barreiras arquitetônicas, a falta de informação através dos diversos meios de comunicação e, por conseqüência, o preconceito, a má formação dos profissionais, nas diversas áreas, necessários a um bom atendimento aos representantes dessa minoria, sem dúvida têm contribuído para realidade a qual ainda são submetidos.

4. – Educação Física Adaptada.

4.1- Conceituação e Terminologia da Educação Física Adaptada:

Historicamente, a participação de pessoas portadoras de deficiência inicialmente tinha um enfoque médico. Os programas eram denominados de Ginástica Médica e tinha a finalidade de remediar doenças, utilizando para

tanto exercícios preventivos e corretivos. Estes programas originados em 2700 A.C., na China, se difundiram e sofreram influência de diversas culturas (SEAMAN & DePAUW, apud PEDRINELLI (1994; p. 10), originando propostas que são encontradas na literatura sob a denominação de Educação Física Corretiva, Preventiva, ortopédica, Reabilitativa, Terapêutica, entre outros (CORREIA, NABEIRO, GAMA & PEDRINELLI, 1990).

Na década de 50, surgiu o termo Educação Física Adaptada, onde foi definido pela AAHPED (“American Association For Health, Physical Education, Recreation and Dance”), como sendo um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, jogos e ritmos adequados aos interesses, capacidades e limitações de estudantes com deficiências que não poderiam se engajar na participação irrestrita, segura e bem sucedida em atividades vigorosas de um programa de Educação Física.

SEAMAN & DePAUW apud PEDRINELLI (1994; p. 10), apresentaram a seguinte definição:

“Educação Física Adaptada é a educação física para pessoas portadoras de necessidades especiais. São consideradas atividades apropriadas e possíveis as atividades desenvolvimentistas, jogos esportes e atividades rítmicas. Toda programação deve ser adequada aos interesses, capacidades e limitações dos estudantes”.

Porém esta definição engloba uma importante modificação em relação à definição da AAHPERD (American Association for Health, Physical Education.), que são os Termos: “ pessoas portadoras de necessidades especiais”. Implícito está que o enfoque dado deve recair sobre as potencialidades do educando em contraposição a suas limitações.

A denominação Educação Física Especial é também bastante difundida em nosso meio. Nos artigos de ROSADAS (1984) & KREBS (1983), podem ser encontradas as definições respectivamente de Educação Física Especial e Educação Física Adaptada. Basicamente as diferenças recaem sobre a composição dos grupos (só pessoas portadoras de deficiência ou grupos incluindo não-portadoras de deficiência e portadoras de deficiência), e sobre o planejamento de atividades (elaboradas em função da possibilidade de participação do aluno em grupos específicas ou não).

Segundo SEAMAN & DePAUW apud PEDRINELLI (1994; p. 10, 11), os termos Educação Física Especial e Educação Física Adaptada são considerados de uso comum. E dada a tendência de participação mais integrada das pessoas portadoras de necessidades especiais, a denominação Educação Física Adaptada é a mais empregada quando aborda o tema Educação Física para pessoas portadoras de necessidades especiais.

Porém, no geral, a evolução caracteriza-se pela passagem de um modelo médico, preocupado com o alívio de distúrbios físicos e doenças, para

um modelo educacional, que procura enfatizar o desenvolvimento do potencial do aluno visando o aprimoramento motor, através da aprendizagem de habilidades e o desenvolvimento de capacidades físicas e motoras.

Na área da Educação Física os termos “ excepcional” e “ deficiente” , são muito utilizados, no entanto tona-se necessária uma reflexão sobre o uso adequado dos mesmo.

Na Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes aprovadas pela Assembléia Geral da ONU, em 9 de dezembro de 1975, publicada no Correio da Unesco em 1981, está especificado, em seu artigo I, que:

“O termo “ pessoa deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social, em decorrência congênita, ou não, em suas capacidades físicas ou mentais”.

Segundo RIBAS (1983), o termo “deficiente” tem um significado muito forte. Ser deficiente antes de tudo é não ser capaz, não ser eficaz. O deficiente é considerado o não-eficiente. Adquire, pois, uma conotação negativa.

A partir da década de 80, movimentos nacionais das pessoas deficientes tem proposto a utilização dos termos “ pessoas portadoras de deficiência”. Porém pessoa é sinônimo de ser humano, portanto passível de desenvolvimento. Portador significa que traz consigo ou em si. Portanto, ser uma pessoa portadora de deficiência, é ser uma pessoa, que embora traga consigo uma imperfeição, por causa congênita, ou não, apresenta capacidades e necessidades, e como qualquer outra pessoa é passível de desenvolvimento (PELLEGRINI & JUNGHANEL, 1985)

Ser uma pessoa portadora de deficiência, ou melhor uma pessoa portadora de necessidades especiais, é ser sobretudo uma pessoa eficiente especial, ou conforme GASPARI (1991), ser diversamente capacitado.

Adaptando e complementando a definição de Educação Física Adaptada proposta por BETTI(1998), a Sociedade Brasileira de Atividade Motora adaptada – SOBAMA, apresenta a seguinte definição para Educação Adaptada:

“Educação Física Adaptada constitui a área de conhecimentos relativos à cultura corporal de movimento da pessoa com uma diferença significativa, particularmente a deficiência/discapacidade. O programa de Educação Física Adaptada utilizar-se-á de atividades físicas/motoras (portanto conteúdos) como ginástica, dança, jogos, esporte, podendo ser realizados em terra, no ar, na água, ou quiçá no fogo. Considerando-se os diversos contextos em que as atividades físicas/motoras

podem ser realizadas, estabelece-se uma relação meio-fim. Assim que, na escola se objetiva a escolarização, na academia o condicionamento físico ou a estética, no clube ou centros esportivos o resultado, nos hospitais ou clínicas a reabilitação, no espaço de lazer a pessoalidade, na empresa a produtividade, no acampamento de férias a convivência. O universo de possibilidades é variado e será definido pela vontade e necessidade do praticante. O processo para alcançar as metas deve contemplar os domínios cognitivo, motor e emocional/social promovendo o desenvolvimento do saber, do saber fazer, do saber ser e do saber conviver". (Textos e temas – SOBAMA).

Porém caracterizar a Educação Física Adaptada, e ampliar o universo de quem e quantas pessoas podem se beneficiar de programas regulares de atividade física/motora, incentivar o desenvolvimento profissional nas mais diversas formas de atuação, promover o desenvolvimento acadêmico através da produção de conhecimentos nas diversas ciências, constitui um dos maiores desafios atualmente.

4.2 – Esporte e Atividade Física adaptada:

Atualmente a Educação Física tem proporcionado muitos benefícios as pessoas portadoras de deficiência. Não é exagero dizer que severas limitações físicas confinavam a maioria dos deficientes como camada excluída da sociedade. Vistos como seres sem potencialidade, eram marginalizados em todos os campos sociais. Porém, diante da falta de qualquer estímulo, viam-se os próprios deficientes como excluídos, escondidos em suas residências, vegetando, sem uma verdadeira percepção de suas capacidades.

No X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, o professor SERGIO CAVALCANTE em trabalho dirigido, chama a atenção para a necessidade, sejam quais forem as Tendências Conceituais da Educação Física, de uma prática profissional para portadores de deficiência, especialmente a mental. E resume, em uma frase, o difícil equilíbrio na relação sociedade/ deficiente, dizendo:

“A história nos mostra que o portador de deficiência tem tido momentos distintos em seu relacionamento social. Há momentos marcados por rejeições, outros por segregações, sendo muitas vezes visto como vítima, ocorrendo assim o protecionismo exacerbado” (REVISTA E. F., Nº 08. AGOSTO/2003; p. 05).

Movimentos de conscientização vem alinhar o esporte adaptado o grande interesse despertado pela participação de atletas brasileiros nos Jogos Paraolímpico. Para se Ter uma idéia, o Desporto Paraolímpico Brasileiro começou a despontar em 1958, e em 1972 tomou parte pela primeira vez. Em Sidney, por ocasião da oitava participação, o Brasil levou 64 atletas e conquistou 22 medalhas, (6 de ouro, 10 de prata e 6 de bronze), ficou na 24ª

colocação, enquanto o Brasil Olímpico levou 204 atletas, e conquistou 12 medalhas, (6 de prata e 6 de bronze), e ficou na 52ª colocação (<http://www.febererj.org.br/paraolimpiadas/sydney.htm>), com uma cobertura da mídia e o volume de medalhas conquistados projetaram o país internacionalmente, fazendo crescer também o interesse doméstico pelo esporte adaptado.

A Educação Física, vem despertando aos poucos para a sua importância no trabalho com deficientes. Faz pouco tempo que as nossas universidades deram início a formação de uma base teórica para esse trabalho, e cursos de especialização ainda são oferecidos em pequenos número e nem sempre com continuidade.

Segundo BRANDÃO (Presidente da ANDE – Associação Nacional de desporto para deficiente), onde trabalha diretamente com o desporto adaptado de alto nível, o Brasil carece de base científica própria, e precisa terminar de construí-la nas universidades. Professor na Faculdade Castelo Branco, Rio de Janeiro, acrescenta:

“Primeiro fomos mostrar capacidade, para depois reparar que faltava organizar uma base teórica para o desporto adaptado. Esta base começou a ser sedimentada pelas universidades brasileiras a partir de pesquisas feitas nos últimos dez anos. Por isso, temos mais conhecimento empírico e pouco conhecimento científico. Este veio de fora. Sobra talento, e falta pessoal suficiente para orientar. Até 1990, só 23 cursos, das faculdades federais, tratavam da Educação Física Adaptada em seus currículos. Foi nesse ano que o governo federal chamou as mais de cem faculdades para fomentar a matéria em sua grade curricular.” (REVISTA E.F., ANO II. Nº08, AGOSTO/ 2003; p.06).

Contudo, Brandão acredita que o sucesso alcançado por deficientes que praticam esporte motivará cada vez mais pessoas em situação semelhante, vindo a gerar uma demanda de profissionais de Educação Física preparados, e vindo também pressionar o mercado de trabalho.

A Atividade Física, em níveis variados, tem ajudado portadores de deficiência a adquirir não só maior mobilidade, mas também, resgatam sua auto-estima, seu equilíbrio emocional. Mesmo deficientes físicos com mobilidade reduzidíssima podem praticar esportes, sob a tutela de profissionais qualificados e habilitados, confirma BRANDÃO.

O Professor BRANDÃO acrescenta ainda que:

“A limitação existe, mas parte dela é muito mais psicológica do que motora. Ter o deficiente como inútil não passa de um preconceito. A determinação que o desporto exige e devolve ao deficiente significa a aquisição de uma gana de viver e se superar sem igual. A sociedade precisa entender que o

objetivo do desporto adaptado para o portador de deficiência é melhorar a qualidade de vida do indivíduo, facilitando suas atividades cotidianas. Como fazer isso cada vez melhor é um desafio posto aos atuais e futuros profissionais da Educação Física”, e, ressalta, não só em relação a possíveis atletas paraolímpicos. (REVISTA E.F., ANO II. Nº 08, AGOSTO/ 2003; P. 07).

Para CARVALHO que foi presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro de 1995 à 1997 e de 1997 à 2001 – quando ocorreram os jogos Paraolímpicos de Atlanta (1996) e Sydney (2000) – não há como negar que a opção pelo esporte de altíssimo rendimento é excludente, o que não impede, afirma ele, que esta opção acaba funcionando como ferramenta de inclusão social. Ele explica:

“Os Jogos Paraolímpicos e Olímpicos popularizaram modalidades extra – futebol no Brasil como nada conseguiria fazer, e hoje o desporto paraolímpico alcançou um nível de preparo e excelência que o aproxima,ao máximo, do desporto olímpico. Já é, Também, um esporte espetacular, e com tal ascensão, logo cairá no gosto das pessoas. Lembremos que nos jogos de Sydney poucos records foram superados, exceto na Natação, e mesmo assim porque os equipamentos foram modificados. As provas já alcançaram o limite humano, o que não acontece nos Jogos Paraolímpicos, onde a competição tenderá a ser maior. Digo sempre que o desporto paraolímpico precisa da mídia tanto quanto de ar que respiramos, para atingir o deficiente que está escondido em casa sem ânimo, sem vontade de viver. Não tenho dúvida de que o Esporte é a mais importante ferramenta de inclusão social para o portador de deficiência, pois ajuda na recuperação de sua auto-estima e realmente promove maior qualidade de vida, finaliza”. (REVISTA E.F. ANO II. Nº 08, AGOSTO/ 2003; p.08).

A Educação Física Tem muito a oferecer às pessoas portadoras de deficiência, nas mais variadas formas de atividade. Seguramente, é capaz de promover maior integração social do portador de necessidades especiais, provocando seu interesse pelo esporte. Mas, para isso temos que procurar profissionais e estabelecimentos especializados, capazes de atender à todos.

A lei brasileira (7853/83) diz que o governo tem que tratar a pessoa com deficiência com prioridade. O que significa dizer que essas pessoas precisam ter acesso especial aos transportes públicos, cinemas, teatros, bares, e restaurantes, estabelecimentos públicos e particulares e, conseqüentemente, às escolas.

Segundo MANZINI & BRANCATTI (1999; p. 44), “ Acesso especial significa que estes lugares tenham rampas, banheiros adaptados (portas mais largas, corrimão) para pessoas que fazem uso de cadeira de rodas, muletas, bengalas, próteses, além de promover facilidades para locomoção de pessoas com qualquer tipo de deficiência”.

O número de pessoas com necessidades especiais que participam de algum programa de atividades físicas e esportivas, é praticamente insignificante, isso porque as atividades físicas de um modo geral são reservadas aos “ não-deficientes”, caracterizada pela forte conotação cultural do corpo, um corpo belo, forte, saudável, reduzindo à pessoa deficiente como um corpo “estranho” que gera no convívio social um certo estranhamento, dificultando desta maneira o envolvimento delas nas atividades de recreação, lazer e esporte na escola, na comunidade e nas áreas livres e reservados ao lazer nas cidades.

Para MANZINI & BRANCATTI (1999; p. 45.), “ o corpo um instrumento de trabalho do profissional de educação física e esportes, cabe a eles, trabalhar este corpo deficiente de forma a compreender as atitudes corporais como referência social e cultural dos indivíduos. Trata-se de uma participação do e no sujeito, enquanto totalidades imersas no corpo. Portanto, um corpo que marca presença e se faz existir através dos gestos, atitudes e expressão corporal”.

“O corpo humano é o corpo que sente, percebe, fala, chama atenção para o corpo que somos e vivemos. O corpo é presença concreta no mundo, porque veicula gestos, expressão e comportamentos das ações individuais e coletivas de um grupo, comunidade ou sociedade. Assim, vivemos num contexto histórico que busca fazer dos corpos máquinas de competição, voltada para o lucro de uma sociedade pragmatista. Precisamos fazer do corpo um elemento de resistência, que nos liberte do negativismo e do pragmatismo. Um corpo que nos coloque em frente a nossa realidade, confrontando-nos com problemas e situações. Um corpo que nos coloque no mundo e que seja capaz de “aventurar-se” para vivenciarmos novas e impensada perspectiva para a vida”. (GALLO, apud MANZINI & BRANCATTI, 1999; p. 45).

Segundo GADOTTI apud LEMOS (REVISTA INTEGRAÇÃO; ANO 14; EDIÇÃO ESPECIAL/ 2002; p.15), “ um dos grandes desafios dos educadores brasileiros, nos dias atuais, é a busca de uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias, os direitos humanos, eliminando estereótipos e substituindo o conceito de igualdade das pessoas pelo de equidade, ou seja, pelo exercício de igualdade de direitos e respeito às diferenças.

Para LEMOS, a educação física, como disciplina curricular, deverá ter como princípio norteador aceitar as diferenças na aprendizagem e abandonar as idéias de homogeneidade e de exclusão dos menos aptos.

O universo de conhecimentos da educação física em relação às discussões nas suas diversas áreas de atuação, enquanto motricidade da ciência humana, prática desportiva, manutenção da saúde ou como pura atividade recreativa-esportiva no âmbito escolar, abrir possibilidades para que a mesma trabalhe voltada para as pessoas com deficiência de forma livre, aberta, ampla, explicitando a importância dela na educação dessas pessoas, são alguns objetivos que a educação física pode alcançar. (MANZINI & BRANCATTI, 1999).

Segundo MANZINI & BRANCATTI (1999; p.42), “É pelo o movimento corporal que a pessoa humana interage com o meio ambiente e amplia sua relação com o mundo, a natureza e os outros homens. É através do movimento que a pessoa expressa sua afetividade, se manifesta, e age sobre as coisas do mundo, descobrem quem são e o que são capazes de fazer além de expressar sua criatividade e solucionar alguns dos seus problemas existenciais e motores. Através do movimento, o homem aprimora seu domínio motor, afetivo, cognitivo, social e cultural, interferindo em seu meio, transformando ou não os mesmos para sua sobrevivência”.

4.3 – Educação Física Adaptada e a Prática Pedagógica.

A educação física adaptada ou especial, que é uma área do conhecimento em educação física e esportes que tem por finalidade privilegiar uma população caracterizada como portadora de deficiência ou de necessidades educativas especiais, e desenvolver-se através de atividades psicomotoras, esportivas, pedagógicas, recreativas e de lazer especiais, técnicas de orientação e locomoção.

Para MANZINI & BRANCATTI (1999; p. 49), “ os objetivos e procedimentos da educação física especial a esta população se caracterizam de várias formas e métodos, procurando trabalhar as atividades tanto em nível geral, quanto particular, compreendendo os vários tipos de deficiências e quais ações concretas que devem ser adotadas na situação específica de uma pessoa.

Também é muito importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativo ao aluno como: tipo de deficiência , idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas.

Também é necessário que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: o aspecto biológico (características físicas, sensoriais, neurológicas), o aspecto cognitivo, o aspecto motor e a interação social e afetivo – emocional (CIDADE & FREITAS, 1997).

Para facilitar o trabalho voltado para as pessoas com deficiência, MANZINI & BRANCATTI (1999), utilizaram como referência alguns elementos ligados às “capacidades físicas”(sistema energético) e “capacidades motoras” (sistema nervoso), que são destacados na Proposta de Ensino de Educação Física – 5ª a 8ª série do ensino fundamental da secretaria de Ensino da Educação de São Paulo (1992) quais sejam:

Capacidades Físicas ligadas ao sistema energético (condição física).

- ❖ Capacidade aeróbica pode ser definida como a capacidade que um indivíduo tem de realizar uma atividade física de longa duração de (6 a 7 minutos) com pouco esforço, sem interrupção, como, por exemplo, correr 4 quilômetros ou nadar 400 metros.
- ❖ Flexibilidade significa mobilidade de uma articulação (junção entre dois ossos) ou conjunto de articulações.
- ❖ Força é definida como a pressão que o músculo ou grupo de músculos pode exercer contra uma resistência em um esforço máximo, ou simplesmente, a capacidade do músculo de se contrair para vencer uma força externa.
- ❖ Resistência muscular localizada é a capacidade para repetir várias vezes uma mesma tarefa utilizando-se de baixos níveis de força; em outras palavras, é a capacidade do músculo em trabalhar contra uma resistência moderada durante longos períodos de tempo.

Capacidades Físicas ligadas ao sistema nervoso (condição motora).

- ❖ Agilidade é a capacidade de mudar rapidamente de direção.
- ❖ Potência é a capacidade para realizar tarefas que envolvam, ao mesmo tempo, força e velocidade.
- ❖ Equilíbrio é a capacidade para manter a posição do corpo, tanto estando parado, quanto estando em movimento.
- ❖ Velocidade é a capacidade para mover-se de um lado para o outro no menor tempo possível.
- ❖ Coordenação é a qualidade física que permite ao indivíduo a realização de uma seqüência de movimento com um máximo de eficiência e economia” (SE/CENP apud MANZINI & BRANCATTI (1999; p. 49, 50).

Podemos destacar também aspectos gerais das habilidades motoras que também são importantes para sua efetivação: desenvolver as capacidades perceptivas, como sentir, tocar, perceber, cheirar, reconhecer partes do corpo; desenvolver as capacidades físicas, como flexibilidade, força, resistência muscular e capacidade aeróbica; estimular as funções orgânicas como respiração, circulação, concentração, pressão arterial, temperatura e atividade sexual; trabalhar aspectos da afetividade, como valorização da auto-estima, aumento da confiança e iniciativas; trabalhar aspectos da sexualidade, como amizade, confiança, prazer e sentimento de grupo.

Para MANZINI & BRANCATTI (1999), para trabalharmos com pessoas portadoras de alguma deficiência, precisamos desenvolver o

equilíbrio, a agilidade e a coordenação. Pois esses elementos estão ligados as capacidades motoras que se tornam requisitos básicos para a vida do homem.

Segundo ROSADAS (1991; p. 69), “A boa coordenação depende da interação harmoniosa do complexo funcional trifásico - motricidade piramidal, extrapiramidal, e cerebelar. Assim como um conjunto cujos instrumentos se conhecem formando a harmonia de som, no corredor, essa combinação deve existir nos movimentos de braços e pernas”.

Para BUENA & RESA apud CIDADE & FREITAS (1997; P. 27), a educação física Adaptada para alunos com deficiência não se diferencia da educação física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados aos alunos com deficiência. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos.

A educação física na escola se constitui uma grande área de adaptação ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas, adequadas às suas possibilidades, proporcionando-lhes que sejam valorizadas e se integrem num mesmo mundo.

“O programa de Educação Física, quando adaptado ao aluno com deficiência, possibilita-lhe a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor performance” (CIDADE & FREITAS, 1997; p. 27).

Porém na escola, os alunos com necessidades especiais devem participar da maioria das atividades de Educação Física, proposta pelo professor, com algumas adaptações e cuidados. A realização de atividades físicas com crianças, principalmente aquelas que envolvem jogos, devem ter um caráter lúdico e favorecer situações onde a criança aprende a lidar com seus fracassos e êxitos. Para BUENA & RESA (1995), a variedade de atividades também prevê o esporte como um auxílio no aprimoramento da personalidade de pessoas com deficiência.

Conhecendo o aluno com necessidades educacionais especiais, o professor poderá adequar a metodologia a ser adotada, levando em consideração:

- Em que grupo de alunos haverá maior facilidade para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos;
- Por quanto tempo o aluno pode permanecer atento às tarefas solicitadas, para que se possa adequar as atividades às possibilidades do mesmo;
- Os interesses e necessidades do aluno em relação às atividades proposta;
- A avaliação constante do programa de atividades, permitindo, assim, efetivar as adequações necessárias, e
- As possibilidades e capacidades dos educandos, em conformidades com os conteúdos curriculares e os objetivos da Educação Física (CIDADE & FREITAS, 1997).

Segundo BUENA & RESA apud CIDADE & FREITAS (1997; P. 29), tais adequações envolvem:

- Adaptação de material e sua organização na aula: tempo, espaço e recursos materiais disponíveis;
- Adaptação no programa : planejamento das atividades e avaliação;
- Aplicação de uma metodologia adequada à compreensão dos educandos, usando estratégias e recursos que despertem nos alunos o interesse e a motivação, por meio de exemplos concretos, incentivando-lhes a expressão e criatividade; e
- Adaptações de objetivos e conteúdos: adequar os objetivos e conteúdos quando forem necessários, em função das necessidades educacionais especiais, dando prioridades a conteúdos e objetivos próprios, definindo conteúdos mínimos e introduzindo novos, quando for preciso.

Não podemos desconsiderar a atuação de suas habilidades cognitivas, sua capacidade de atenção, memória, resolução de problemas e generalização da aprendizagem, durante todo o processo. As dificuldades para a aprendizagem de um determinado movimento ou tarefa estão relacionadas à deficiência e ao nível de comprometimento que o aluno apresenta.

As atividades esportivas, recreativas e de lazer, devem ser trabalhadas tanto em escolas especializadas ou não, como em qualquer lugar, onde se privilegie um espaço que permita maior contato com o meio natural e com as outras pessoas, facilitando o desenvolvimento das atividades programadas contribuindo para uma interação das pessoas deficientes em relação ao seu contato com os acontecimentos do dia-a-dia.

Para MANZINI& BRANCATTE (1999; P. 52):

“Uma programação voltada para jogos requer uma grande variedade de atividades, visto que entre as pessoas deficientes existem interesses e tipos diferentes. As pessoas necessitam de estímulos e de contatos sociais, sobretudo com pessoas da mesma faixa, seja qual for o seu grupo de deficiência”.

ADAMS apud MANZINI & BRANCATTI (1999; p. 53), afirma :

“A participação em esportes e jogos adaptados às suas possibilidades confere ao indivíduo a oportunidade de desenvolver o seu condicionamento físico, de se dedicar à atividade de lazer, de se tornar mais ativo, de aprender habilidades para poder se ocupar nas horas vagas e de colher experiências positivas no grupo e no ambiente social”.

“Porém o jogo assume proporções quase ilimitadas quando faz parte de um projeto pedagógico, aproveitando

o grande interesse e afinidade que as crianças demonstram por essa atividade. Quando a criança joga, todo seu esquema motor é acionado, suas emoções afloram, sua socialização é mais solicitada e o esquema cognitivo é estimulado”. (SE/CENP apud MANZINI & BRACATTI (1999; P. 53).

As pessoas deficientes encontrarão oportunidades para se integrar ao grupo ou comunidade, contribuindo de certa forma com a promoção de sua liberdade, prazer e independência pessoal, em todas as atividades.

Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de inclusão, porque o professor sabe que pode combinar numerosos procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos (CIDADE & FREITA, 1997).

4.4 – Prática em Atividade Motora Adaptada:

O programa de atividade motora adaptada segundo MANZINI & BRANCATTI (1999), deve conter jogos que possuam regras implícitas até aquelas institucionalizados por regras específicas de acordo com cada modalidade esportiva, não esquecendo que o aluno possui certo conhecimento de determinados jogos que foram culturalmente enraizados na população e que podem ser um ponto de partida a ser utilizado na educação e reeducação de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Didaticamente MANZINI & BRANCATTI (1999; p. 55, 56, 57, 58, 59), selecionaram alguns conteúdos relacionados ao Esporte, Jogos, Ginástica e Dança que podem ser adaptados conforme as necessidades de alguma deficiência e que podem contribuir no desenvolvimento Físico, Psíquico, Social e Cultural:

- 1) “Atletismo: Trabalhar basicamente a corrida e o salto de forma a perceber a capacidade aeróbica e de resistência do aluno. Porém essa atividade pode ser realizada em campos, ruas, praças, quadras, área livre e parques esportivos. O atletismo favorece a melhora do sistema cardiovascular e das capacidades orgânicas do indivíduo enquanto sujeito motriz. Por isso, esse conteúdo é fundamental para o processo das pessoas em geral.

A corrida pode ser aplicada a qualquer pessoa deficiente, sendo que o profissional tem que perceber as necessidades e diferenças entre os diversos tipos de deficiência. Por exemplo, para os cegos ou com visão subnormal, nas atividades de corridas e saltos é necessária a presença de um acompanhante vidente, que ligado por um cordão, o auxilia na realização do programa.

O arremesso de dardo ou peso elimina a necessidade da corrida, mas favorece o desenvolvimento da força, resistência muscular e do equilíbrio.

Os saltos podem ser de altura, extensão e triplo. Para desenvolver estas atividades, o professor pode utilizar os arcos, cordas, bancos, caixas de

areia, gramas, favorecendo as necessidades de cada pessoa a partir do seu interesse em participar do programa”.

- 2) “Futebol: Esse é um esporte considerado fenômeno cultural. Todos gostam e querem participar em qualquer fase da vida. Para os deficientes este esporte também é motivante e deve ser trabalhado enquanto jogo com suas normas, regras, exigências físicas, técnicas; enquanto espetáculo esportivo e formas de lazer e prazer.

As exigências em relação aos deficientes são ao desenvolvimento da Agilidade, velocidade, coordenação, força e resistência muscular. Somente alguns tipos de deficientes físicos que utilizam cadeiras de rodas não podem participar desses jogos e os deficientes visuais realizam com bolas adaptadas (goalball) e com regras específicas ao seu domínio corporal do jogo.

Em todas as atividades que utilizam o futebol, o profissional precisa estar atento às exigências orgânicas dos indivíduos e adaptá-las a sua condição motora para a efetiva realização”.

- 3) “Voleibol: Pode ser trabalhado com as pessoas deficientes mentais e auditiva seguindo os princípios normais do esporte, ou seja, desenvolver seus fundamentos básicos adaptando a realidade dos alunos: saque, recepção, toque, ataque e defesa, levantamentos e bloqueios. Para os deficientes físicos, esse esporte precisa ser adaptado a sua condição motora. Por exemplo, o vôlei pode ser jogado sentado no chão procurando a melhor forma para a realização dos mesmos. Já para os deficientes visuais torna-se complicado a aplicabilidade deste esporte”.
- 4) “Basquetebol: Esse esporte foi um dos primeiros a ser adaptado aos deficientes, principalmente os deficientes físicos, na sua reabilitação orgânica. Joga-se utilizando cadeira de rodas próprias para os paraplégicos, amputados e as outras incapacidades relacionadas as suas atividades. Pode-se trabalhar normalmente com as pessoas deficientes, não esquecendo os limites encontrados pelos deficientes visuais neste esporte”.

Trabalham-se os fundamentos principais: passes, arremessos, driblis e sistema de jogos. O basquete favorece o desenvolvimento da agilidade, velocidade, coordenação, força, resistência e principalmente o espírito de grupo.

- 5) “Ginástica: Constituem-se fundamentos da ginástica, o saltar, equilibrar, rolar/girar, trepar, balançar/embalar. Estes fundamentos podem ser encontrados também no atletismo (caminhar, correr, saltar e arremessar). Incluem também exercícios em aparelhos (balançar na barra fixa, equilibrar na trave olímpica), exercícios com aparelhos manuais (saltos com arcos, cordas e bancos), formas de lutas e outros elementos da ginástica, como: empurrar, pular, levantar, carregar, esticar...”

MANZINI & BRANCATTI (1999), afirma ainda que, a ginástica procura envolver os deficientes na melhor forma para desenvolver as

atividades propostas, não esquecendo da sua condição motora na hora da realização dos mesmos.

- 6) “Dança: Há uma condição natural do indivíduo em gostar de dançar. A dança lembra festa, comemoração, alegria, descontração. E as pessoas deficientes também gostam de dançar. A dança em cadeira de rodas é altamente gratificante para as pessoas com sérios comprometimentos motores”.

A dança concretiza a experiência corporal dos indivíduos em relação ao grupo, pois esta atividade favorece a interação, socialização e cooperação entre as pessoas.

- 7) “Natação: Introduzi-la como forma recreativa e educativa para os alunos. A natação favorece a melhora do sistema cardiovascular, da força e da resistência do músculo em geral. Trata-se de uma atividade que completa o corpo inteiro, sem provocar esforço ou tensão exagerada em qualquer parte do corpo. O movimento corporal dentro de um ambiente que promova a respiração, flutuação, resistência muscular, contribui muito para favorecer o bom condicionamento orgânico”.

Segundo ADAMS apud MANZINI & BRANCATTI (1999; p. 57),

“A natação favorece o desenvolvimento social, por ser uma atividade freqüentemente praticada em grupo. Nas aulas de natação para grupos mistos, os nadadores deficientes conseguem muitas vezes competir em pé de igualdade com os nadadores fisicamente normais. Sem dúvida, este fato melhora a auto-imagem, além de melhorar a confiança do paciente na sua capacidade para estabelecer contatos sociais”.

Além de ser uma atividade organizada para trabalhar a educação e reeducação do movimento corporal, a natação propicia o aproveitamento útil das horas de lazer. Nesta hora é importante que o tempo seja utilizado de forma a atender as pessoas deficientes, mostrando que as atividades de lazer construtivas e bem sucedidas proporcionam a participação da mesma forma com os outros indivíduos.

- 8) “Capoeira, Judô, Caratê: Esses esportes, um pouco mais reservados, podem ser trabalhados com pessoas deficientes a partir do seu interesse e capacidade de realização. São esportes que refletem as manifestações culturais e que podem ser adaptadas à realidade dos indivíduos com alguma deficiência física, auditiva e mental. Com os deficientes visuais é possível trabalhar o ritmo da capoeira, utilizando-se do berimbau e do pandeiro. O judô e Caratê dependem muito da pessoa e do profissional que está envolvido nestas atividades. Sem dúvida são esportes que favorecem o desenvolvimento do equilíbrio, agilidade, coordenação, percepção e os motivam para a prática dos mesmos”.

- 9) “Jogos de mesa: Constituem-se como atividades livres, descontraídas e motivantes para qualquer pessoa. Os mais conhecidos como, atividades de lazer e de treinamento para jogar conforme as regras estabelecidas. Temos o tênis de mesa que deve ser adaptado para quase todos os deficientes, inclusive para aqueles que perderam o movimento dos dedos, os que utilizam cadeira de rodas, prótese e muletas. Para os deficientes visuais (cegos) utiliza-se uma raquete de dois cabos, segurando-a de modos que ela encoste perpendicularmente sobre a superfície da mesma”.
- 10) “Atividades eventuais: Chamamos essas atividades de livres, ou seja, entender que as pessoas deficientes gostam e podem andar de bicicleta; patins; gostam de participar de uma pescaria; de jogar peteca, boliche, malha, etc”.

Essas atividades são organizadas para favorecer o convívio do grupo e sua possível integração ao meio a que pertence.

- 11) “Atividades em cadeira de rodas: Os indivíduos que utilizam a cadeira de rodas são duplamente discriminados. Primeiro pela própria deficiência e segundo pela companhia da cadeira para se locomover e conseqüentemente participar de uma atividade esportiva, Mas isso é possível de ser superado, pois na medida em que percebemos o interesse destas pessoas em jogar basquete, correr, nadar, arremessar, nos faz entender a realidade do esforço e da capacidade de vencer limites e superar as barreiras impostas pelo meio social, quando dependem de transportes coletivos, rampas de acesso, banheiro adaptado e condições para realizar suas atividades”.

MANZINI & BRANCATTI (1999; p. 59), observa que “os esportes realizados para os cadeirantes, amputados ou com alguma paralisia (física ou cerebral), são facilmente adaptados às suas condições motoras. Além do basquete que é o mais conhecido, pois existem campeonatos torneios organizados para os deficientes (estaduais, municipais e associações próprias), temos o tênis de mesa e de campo; o handebol; o boliche; a malha; os arremessos de peso e os lançamentos de dardo e disco; a musculação; a dança; a natação e os vários tipos de ginástica (artística, olímpica e de solo)”.

Percebemos que há vários esportes que podem ser trabalhados com pessoas portadoras de necessidades especiais e podendo ao mesmo tempo trazer benefícios orgânicos, como benefícios sociais realizados com lazer e o tempo livre, mas para isso, nos profissionais de educação física temos que ter locais adequados para o desenvolvimento das atividades.

A organização e o planejamento também são fundamentais para a realização das atividades com pessoas portadoras de necessidades especiais. Os materiais e equipamentos a ser utilizados, devem basear-se nas necessidades dos alunos que participam do programa, não esquecendo que podemos envolver os mesmo na confecção dos materiais adaptados a sua condição motora (MANZINI & BRANCATTI, 1999).

Procurando pensar no papel da Educação Física Especial nas escolas especializadas ou não, nas escolas públicas ou particulares, entidades, associações, reforçamos a idéia de que trabalhar junto à essa população, nesta realidade, é uma tarefa difícil e desafiadora, porém de muita satisfação ao percebermos que uma pessoa com certo grau de comprometimento motor consegue desenvolver uma tarefa e superar suas dificuldades com muito esforço e dedicação.

Não poderia deixar de fechar esse capítulo com esse relato feito por CARMO (1994), que ilustra as transformações que passamos em termos de valores, princípios, convicções e conceitos.

“... Às vezes, quando estamos trabalhando com grupos de cerca de 40 (deficiente físico), nós que parecemos estranhos ao grupo. Uns se locomovem com o uso dos braços e mãos pelo chão. Fogem aos padrões, agridem valores estético, colocam em dúvida e ao mesmo tempo dão sentido à existência humana. Apesar de tudo isso, eles sempre lutam como nós para viver, para serem reconhecidos.

É difícil entender o significado que para um “deficiente físico” a realização de uma simples pinça (movimento coordenado de dois dedos das mãos para apreensão de algum objeto), com os dedos das mãos lesados, ou o momento em que ele consegue, depois de meses de tentativas, flutuar sozinho na água da piscina, ou ainda movimentar a cabeça num gesto de afirmação ou negação, porque para as pessoas ditas “não deficientes”, estes gestos e realizações são tão simples e comuns, que na maioria da vezes nem são notados ou considerados (CARMO apud MANZINI & BRANCATTI, 1999; P. 61).

5. - Educação Física Inclusiva

A partir da conferência mundial sobre a “ Educação para Todos”, em Jomtien, Tailândia e da Declaração de Salamanca, na Espanha, ambas em 1990, o Brasil assumiu como compromisso perante a comunidade internacional, combater a exclusão de qualquer pessoa do sistema educacional. Surge, então o princípio da Inclusão escolar, assegurada por meio das Diretrizes Nacionais da Educação Básica, busca garantir a escola para todos, nas classes de ensino comum, inclusive para alunos com necessidades educacionais especiais.

O Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial (SEESP), nessa época, vem garantindo a essas crianças a oportunidade de participar ativamente de todas as atividades escolares, incluindo as aulas de Educação Física.

Surge então um grande desafio ao profissional de Educação Física, “ A Inclusão”, uma tendência inovadora cujo sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular, nada mais é do que garantir o direito de todos à educação e assim confirma a constituição.

Segundo PEDRINELLI(1994), optar pela participação da pessoa portadora de necessidades especiais em programas de Educação Física, de maneira integrada ou não, está diretamente relacionada à concepção que se tem sobre educação. Se a filosofia de atendimento à pessoa portadora de necessidades especiais defende a idéia de normalização (oferecer condições de vida idênticas à que outras pessoas recebem), haverá preocupação com a interação desta pessoa com outras não-portadoras de necessidades especiais, o que pode efetivamente ocorrer através de turmas regulares. Oposta a esta idéia, temos a constituição de turmas especiais, que para SEAMAN & DePAUW(1982) é considerada de visão tradicional. A participação em ambientes segregados restringe claramente o desenvolvimento da pessoa portadora de deficiência. “ O fato de existir uma deficiência não faz seu portador um candidato em potencial para a educação especial” (RIBAS, 1983).

Numa visão mais humanista e dinâmica a respeito da pessoa portadora de deficiência, considera-se que esta pessoa apresente um grande

potencial de desenvolvimento. A tendência é a de integrar esta pessoa em um ambiente o menos restritivo possível.

STRAIN & KERR apud PREDINELLI, (1994; p. 60), afirmam que: “ambientes segregados restringem nitidamente a interação com crianças “normais”. No entanto, quando Tal interação se processa, as mudanças de comportamento são mais duráveis e mais rápidas do que quando produzidas pela intervenção de adultos”.

Para Ribas (1983), a inclusão de pessoas em um ambiente considerado “ diferente” (no caso, classe ou turmas especiais), faz com que esta pessoa, além de sofrer toda a carga ideológica do “ diferente”, seja tratada pela sociedade como anormal. No caso de classes ou turmas especiais, principalmente para alunos capazes de acompanhar as turmas comuns, além de se constituírem em fonte de estigmatização, esta forma de organização se caracteriza como instrumento de limitação da capacidade de aprendizagem e aperfeiçoamento dos alunos.

Para HOBBS apud PEDRINELLI (1994; p. 60) “ a melhor maneira de reduzir a rejeição é integrar a criança em atividades com crianças não-portadoras de necessidades especiais desde os primeiros anos. “ A interação possibilita a troca de experiência e desenvolvimento do respeito mútuo”.

Porém, uma vez definido o contexto em que o aluno portador de necessidades deverá participar é preciso ainda considerar que, em geral, a constituição de grupos é bastante heterogênea sob todos os aspectos. Para a participação em grupos de características semelhantes seria benéfico, possibilitando o desenvolvimento deste aluno de forma mais adequada.

Para SEAMAN & DePAUW apud PEDRINELLI (1994), a categoria de deficiência não deve ser o principal critério para a constituição de grupos em programas de Educação Física. A criança deve ser considerada no seu todo. Pessoas portadoras de distúrbios de aprendizagem, por exemplo, podem ser inserida em turmas regulares, preferencialmente composta de menor número de elementos para propiciar um melhor atendimento às mesma.

De forma geral, a integração de pessoas portadoras de necessidades especiais no contexto regular em Educação Física, poderá resultar em grande sucesso a partir de pequenas modificações ou adaptações.

Alguns professores prontamente aceitam o desafio de incluir uma pessoa portadora de necessidades especiais em sua turma. Outras têm consideráveis dificuldades em fazer ajustamentos necessários optando pela rejeição e conseqüente privação dos benefícios de um programa de Educação Física para aqueles alunos portadores de necessidades especiais.

Segundo CARMO (1991), essa nova tendência “inclusivista” no cenário político brasileiro, tem deixado os dirigentes educacionais confusos diante da obrigação de ter que trabalhar no mesmo espaço e tempo, com

crianças que apresentam as mais diferentes formas de habilidades, capacidades, comportamento e histórias de vida.

A nossa sociedade, apesar de se julgar democrática, argumentando ser a educação um direito de todos, onde tem se beneficiado das leis para legalizar o discurso da classe abastada e deixar a prática bem distante da realidade da maioria

Até pouco tempo a má formação de profissionais, a burocratização do ensino, a escassez de recursos financeiros, carência de profissionais, a falta de elaboração de um projeto político-pedagógico, são conseqüência de uma sociedade em que o capital se sobrepõe ao homem e a vida é regida pelas regras do mercado.

No entanto, a escola vem abraçando tudo, sem tempo para refletir, desenvolvendo uma filosofia de assistencialismo impregnada em nossas consciências e atitudes, que tem mostrado no seu percurso histórico a grande falha e descaso com a classe menos favorecida quando deparamos com o fracasso de uma grande parcela de seu corpo discente.

Atualmente, não só a escola, mas as área que promovem a socialização, integração de pessoas portadoras de necessidades especiais, principalmente a Educação Física, passa por um grande desafio, mas cabe a ela, junto com seus representantes dessa minoria, buscar meios para ser capaz de responder e, para tanto, precisa resistir na luta em busca da transformação pela qualidade social, o que sabemos não ser fácil, nem a curto e médio prazo.

A Educação Física na escola se constitui uma grande área de adaptação ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas, adequadas às suas possibilidades, proporcionando-lhes que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O programa de Educação física, quando adaptado ao aluno com deficiência, possibilita-lhe a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor performance (CIDADE & FREITAS, 1997).

Segundo PEDRINELLI (1994; P . 69), “ todo programa de Educação Física deve conter desafios direcionados a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover a autonomia e enfatizar o potencial de cada um no domínio motor”. Para a autora, o educador deverá selecionar a atividade em função do comprometimento motor, a idade cronológica e do desenvolvimento intelectual do aluno.

Para PEDRINELLI (1994), participar de um processo inclusivo é estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre o outro, em uma situação de diversidade de idéias, sentimentos e ações. Com esse pressuposto, a autora sugere que a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência seja um processo de ensino-aprendizagem onde tanto o professor como o aluno aprendem e ensinam.

Segundo PEDRINELLI (1994), atualmente encontramos duas situações ocorrendo no contexto escolar:

- ❖ a participação de fato (inclusão) do aluno com deficiência em aulas de educação física; e
- ❖ a não-participação (presença sem participação).

Segundo CARVALHO (1999), a atuação do profissional na situação de inclusão reflete:

- ❖ Uma atitude de não-rejeição, com trocas interativas entre colegas, valorização da auto-imagem e auto-estima; e
- ❖ Uma atitude de não-segregação, onde predomina a dificuldade para promover trocas interativas.

Porém, nessa perspectiva observamos que aquele profissional que não promove a inclusão apresenta; uma atitude de dessegregação, por entender que devido a dificuldade ou diferença de aprendizagem este aluno deverá estar em contextos segregados, ou considera-se desprovido de conhecimento para atuar com a diversidade, não sabe como e o que fazer.

Diferentes perfis profissionais evidenciam diferentes características em relação à convivência com a diferença, com a diversidade. O profissional não-inclusivista terias que ressignificar a prática pedagógica e a concepção que atribui à diversidade.

De acordo com LOPARIC apud PEDRINELLI (1994), a deficiência não é propriamente o problema, o problema são os outros. O profissional inclusivista aceita a idéia de que todos são importantes e significativos: “quanto maior a diversidade, mais complexa e mais rica será a aprendizagem”. Porém, para ele, o aluno é um ser em processo de crescimento e desenvolvimento, que vivência o processo de ensino-aprendizagem de maneiras diversas, seja por suas diferenças individuais, seja por seus interesses e motivações. Este profissional , em geral , consegue identificar a si mesmo como um profissional de aprendizagem e não como um profissional de ensino, (DEMO, 1997, citado por CARVALHO, 1997), procurando transformar suas aulas em espaço prazerosos, onde tanto ele, como os alunos, são cúmplices de uma aventura que é o aprender, o aprender a aprender e o aprender a pensar. Ele procura utilizar estratégias mais participativas, incluindo trabalhos em grupos, os quais favorecem trocas de experiências e a cooperação.

O Profissional que adota a proposta da educação inclusiva considera o aluno um recurso importante em sala de aula e aproveita as propostas temáticas que emergem do grupo, valorizando as diferenças individuais e o potencial dos alunos.

5.1- Orientações Profissionais:

Segundo PEDRINELLI (2002), o livro “ Give it a go (2001) traz, em sua edição revisada, algumas orientações aos professores, no que concerne ao planejamento das aulas para atender as necessidades individuais, destacando que deve-se em consideração que é possível e recomendável:

- ❖ Adaptar as atividades por intermédio da utilização de estratégias de ensino, regras, estrutura do ambiente, equipamentos;
- ❖ Utilizar sistemas de apoio, tais como colegas de classe, atuando como tutores, equipe múltipla de ensino, auxiliares voluntários ou especialistas;
- ❖ Alocar alunos com deficiência de forma proporcional (10 a 15%)
- ❖ Adequar as atividades à idade dos alunos;
- ❖ Desenvolver as habilidades funcionais;
- ❖ Desenvolver elos com a comunidade; e
- ❖ Adaptar apenas quando necessário.

PEDRINELLI (2002), cita algumas orientações gerais aos professores, para que se efetive a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em aulas de Educação Física, incluem:

- ❖ Agir naturalmente com os alunos;
- ❖ Acolher e receber todos com o mesmo nível de atenção e consideração;
- ❖ Responder naturalmente as perguntas dos alunos;
- ❖ Oferecer atenção e prestígio aos alunos; (Todos gostam. Não superproteja, nem dê excesso de atenção para alguns, pois estes talvez não irão gostar e os demais irão reclamar);
- ❖ Garantir a participação de todos (individual ou em grupo), desafiando cada um a realizar o melhor, considerando as suas potencialidades;
- ❖ Realizar adaptações compartilhando opiniões. Regras sempre podem ser combinadas e recombinaadas, inventada e reinventadas;
- ❖ Organizar jogos cooperativos (BROTO, 1997), os quais são uma excelente opção para viver em comunidade;
- ❖ Promover e adequar desafios, incentivando e ajudando os alunos a superar dificuldades;
Não subestimas o desempenho dos alunos. Aceitar formas diferentes de execução de movimentos;
- ❖ Promover o sucesso dos alunos para desenvolver a auto-estima; e
- ❖ Oferecer aos alunos a oportunidade de pensar, de decidir e agir por seus próprios meios. Garantir a autonomia de todos.

Ainda, numa perspectiva procedimental, em relação a situações em que alunos com deficiência mental estejam presentes, PREDINELLI (2002), sugere que o professor deverá:

- ❖ Dar orientações claras sobre a tarefa a ser realizada, utilizando uma pequena quantidade de informações por vez;
- ❖ Usar exemplos concretos;
- ❖ Utilizar formas, cores e ângulos para aumentar a atenção (seletiva) à informação relevante;
- ❖ Utilizar demonstrações;
- ❖ Garantir estrutura e rotina na aula;
- ❖ Elogiar as tentativas, criando e estimulando desafios.

Para alunos com Síndrome de Down, o professor deverá solicitar aprovação médica para participação irrestrita em atividades que envolvam pressão sobre os músculos da cabeça e pescoço até que seja diagnosticada a presença ou não de instabilidade “atlanto-axial” (COOKE, 1985).

Na presença de alunos surdos, ou com deficiência auditiva, o professor deverá posicionar-se de forma que o rosto esteja visível para o aluno, facilitando a compreensão por meio da leitura labial ou da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Os aparelhos auditivos deverão ser removidos quando houver atividades que possam danificá-los. O professor deverá utilizar demonstrações e/ou recursos visuais sempre que possível. Nos caso de surdez decorrente de alterações no aparelho vestibular, responsável pela sensação de desequilíbrio, podem ocorrer dificuldades de equilíbrio. Porém, o professor deverá encorajar o aluno a seguir demonstrações dos colegas. Incentivar e utilizar o uso da língua de sinais por parte de todos os colegas. Para garantir a atenção, criar um código de atenção. O professor deverá estar atento ao fato que os surdos não escutam as palmas, por isso, os aplausos são feitos com as mãos erguidas (PREDINELLI, 2002).

Com relação aos alunos cegos, ou com baixa visão, o professor irá considerar o nível de orientação e mobilidade do aluno. Se precisar guiá-lo, o professor deverá oferecer o seu cotovelo para que o aluno cego se apóie nele. Porém, é fundamental informar ao cego sobre obstáculos/ materiais presente no espaço, e remover aqueles desnecessários. Nos casos de alunos com baixa visão, aumentar dimensões dos objetos e utilizar cores contrastantes. Sempre que possível introduzir materiais sonoros. Sempre que se dirigir ao aluno, mencionar o nome. As informações sobre a atividade devem incluir explicações verbais detalhadas. O professor deverá deixar que o aluno perceba, por meio do tato, como é o movimento (ele é que deve tocar o profissional). Porém, pequenos acertos podem ser conduzidos pelo profissional por meio do manuseio e da explicação verbal. Situações de perigo devem ser evitadas para prevenir lesões oculares adicionais (PREDINELLI, 2002).

No caso de alunos com deficiência física, varias são as crianças com esta deficiência que hoje freqüentam as escolas. É necessário que o profissional procure sempre informar-se sobre a condição de saúde do aluno participante, obtendo aprovação médica para participação, se for o caso. O aluno com deficiência física precisa de mais espaço individual para a atividade, considerando o uso de cadeira de rodas ou muletas, por exemplo. O tempo de execução de movimento pode ser bem mais demorado do que os demais. Qualidade requerem ajustes. Porém, vários implementos, modificações de regras e adaptações, invariavelmente, poderão ser sugeridas pelo aluno com deficiência. Orientações e novidades podem ser introduzidas pelos professores (PREDINELLI, 2002).

O profissional de Educação Física, deverá planejar as atividades de forma que o aluno possa participar o máximo possível. Deverá, ainda, oferecer aos alunos informações sobre as habilidades, as mais diversas possíveis, e sobre as modalidades existentes no âmbito do esporte, de sorte que eles possam um dia participar, se quiserem, das modalidades oficiais, tais como:

- ❖ Arco e flecha (em pé e sentado);
- ❖ Atletismo;
- ❖ Basquetebol sobre rodas;
- ❖ Bocha;

- ❖ Ciclismo;
- ❖ Equitação;
- ❖ Esgrima;
- ❖ Futebol;
- ❖ Halterofilismo;
- ❖ Latismo;
- ❖ Natação;
- ❖ Raquetebol;
- ❖ Tênis em cadeira de rodas;
- ❖ Tênis de mesa;
- ❖ Tiro ao alvo (sentado e em pé);
- ❖ Karte;
- ❖ Canoagem; e
- ❖ Voleibol (sentado e em pé) (Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência, 1994; FREITAS & CIDADE, 1997; Lazer, atividade Física e Esporte para Portadores de deficiência, 2001).

Para PREDINELLI (2002), o profissional terá de estar atento a fim de evitar que aconteçam quedas, entorses e outros traumas com seus alunos. Evitar acidentes. Na dúvida, deverá encaminhar o aluno para o departamento médico.

É preciso considerar que no cenário escolar, além de alunos com deficiência mental ou deficiência visual, auditiva ou deficiência física, (amputações, distrofia muscular, espinha bífida, lesão medular, paralisia cerebral), há ainda aqueles com distúrbios emocionais, com síndrome do autismo ou com distúrbios de saúde (artrite reumatóide juvenil, asma, câncer, diabetes, fibrose cística, HIV/ AIDS, obesidade, transplantes). Distúrbios de atenção, ou hiperatividade, e epilepsia, são também exemplos de assuntos pertinentes a todo este cenário, entre tantos outros.

A inclusão proporciona uma visão arrojada de escola, ensino, educação, e de Educação Física. Com isso, torna-se indispensável a valorização do magistério, o investimento na formação dos professores, assim como melhores condições de trabalho e salários dignos, em face do papel político e social que representam esses profissionais (CARVALHO, 1999).

Precisamos enfrentar desafios, mas podemos abraçar a inclusão sem considerar as idéias liberais contidas nos discursos, as restrições, os pontos fundamentais e determinados nos estudos e pesquisas, tanto em nível nacional quanto internacional, as especificidades de cada deficiência e do alunado da Educação Especial. E, também, não podemos deixar de pensar em como articular o tempo, o espaço e o conhecimento na Educação Física escolar que contemple não só o aluno com deficiência, mas o princípio da diversidade e diferença.

ABRANCHES apud SOUSA (2002, p. 38), defende a idéia que:

“O convívio social só é possível pela aceitação e pelo respeito à diferença. E a diferença é a marca constitutiva de cada sujeito; é o que nos define e nos torna únicos”.

É importante mencionar que não se pode esquecer que a Educação Física escolar é parte integrante da Educação Geral. Segundo SOARES apud SOUSA (2002, p. 38):

“A Educação Física , enquanto disciplina do currículo escolar, possui as mesmas tarefas que a escola em geral, não podendo ser isentada da responsabilidade que se exige da escola”.

Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de inclusão, porque o professor sabe que pode combinar numerosos procedimentos para remover barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos. Focalizar o movimento e não a “ deficiência” da pessoa é a posição que deve ser assumida desde a graduação do profissional. Para CRUZ, SANTOS & BASSO (2002, p. 41), “ Não nos compete reverter alterações morfo-funcionais constitutivas de uma pessoa. Todavia, proporcionar a essa pessoa condições de emitir respostas motoras que lhe permitam interagir com o ambiente de forma cada vez mais eficiente é nossa competência”.

Segundo CAPRA apud CRUZ, SANTO & BASSO (2002, p. 41) :

“Todos os seres vivos, inclusive os humanos, por mais ecologicamente analfabetos que sejam, possuem características que os diferenciam uns dos outros. A pessoa com deficiência é uma pessoa cujas diferenças são, em alguns casos, mais evidentes e a identificação de suas necessidades educacionais especiais é crucial para incrementar seu processo de escolarização, desde que estas necessidades não sejam mitificadas qual Quimera. A identificação de suas de mandas educacionais específicas não significa que não possam utilizar o potencial que possuem, ainda que tenham limitações e/ou dificuldades concretas, que, a propósito, não devem ser entendidas como sinônimo de incapacidade e muito menos devem implicar em desvantagens sociais. As diferenças são de extrema relevância para o incremento da dinâmica social .Respeitar as diferenças é fundamental para que este “ Titanic ”, que é o planeta terra, possa navegar, e aprender/saber lidar com elas é imprescindível para evitar o naufrágio”.

6 - COMO PENSAM OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A INCLUSÃO

6.1 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os resultados alcançados na pesquisa realizada e com a constatação do Profissional de Educação Física frente a utilização da Inclusão da Criança Especial no Sistema Regular de Ensino, colocamos o foco de nossa discussão sobre três aspectos: a formação e atuação do profissional; a adesão da política de educação inclusiva; e a importância da participação do profissional de Educação Física, na inclusão de alunos especiais na vida escolar.

Em Fortaleza temos cinco universidades (Universidade de Fortaleza – UNIFOR; Universidade Federal do Ceará – UFC; Faculdade Integrada do Ceará – FIC; Universidade Estadual do Ceará – UECE; e Faculdade Marista), formando profissionais de Educação Física e habilitando-os a atuar juntos às escolas, academias, clubes e áreas afins.

A Universidade de Fortaleza – UNIFOR, inclui em seu curso de Educação Física, a cadeira de Ginástica Especial, desde 1995 aproximadamente, ministrada pelo professor Vicente Matias Cristino (Mestre em Educação Especial). Esta disciplina tem caráter obrigatório na conclusão do curso.

A Universidade Federal do Ceará – UFC, desde a inclusão do curso de Educação Física em dezembro de 1992, em sua grade curricular possui a cadeira de Educação Física especial, mas segundo profissionais da área que passaram pelo curso, nunca foi ofertada, e ainda é uma disciplina em caráter optativa.

A Universidade Federal do Ceará – UFC, através da FACED – Faculdade de Educação, vem oferecendo, como ênfase no reconhecimento da importância desta área de atuação cursos de Especialização em Educação Especial, aberto à todas as áreas afins, inclusive ao professor de Educação Física.

A Faculdade Integrada do Ceará – FIC, desde a sua implantação, o curso de Educação Física incluiu em seu currículo duas cadeiras voltadas para a Educação Especial: Educação Física e Esportes Adaptados, ministrada pelo professor Esaú Bezerra júnior, e a cadeira de Educação Física Escolar Adaptada, ministrada pelo professor Vicente Matias Cristino. Essas disciplinas tem caráter obrigatório na conclusão do curso.

A Universidade Estadual do Ceará – UECE, e a Faculdade Marista também tem seus currículo atualizados no curso de Educação Física, por ser um curso recém implantado ainda não contempla nenhuma cadeira voltada para Educação Física Especial.

Durante a pesquisa constatamos que não há presença de professores de Educação Física nas séries iniciais do primeiro grau da rede pública. Já na rede particular de ensino, existe a participação do profissional de Educação Física nos quadros das escolas de 1º grau.

TANI apud DAMASCENO (1997, p. 27), diz que:

“A inclusão da educação Física nessa faixa escolar culminou em 1982, com a publicação das diretrizes de implantação e implementação da Educação Física na educação pré-escolar e no ensino de 1ª a 4ª série do primeiro grau, por parte do Ministério da Educação e Cultura, por meio da secretaria de Educação Física e Desportos...Decorrido vinte e um anos, testemunhamos empiricamente que o paternalismo das leis e ação dos professores de Educação Física não serviram para efetivar o espaço conquistado. Embora, segundo TANI (1987), várias tentativas tenham sido tomadas através de cursos, palestras e conferências com a finalidade de capacitarem professores a atuarem com crianças na faixa etária dos quatro aos dez anos de idade”.

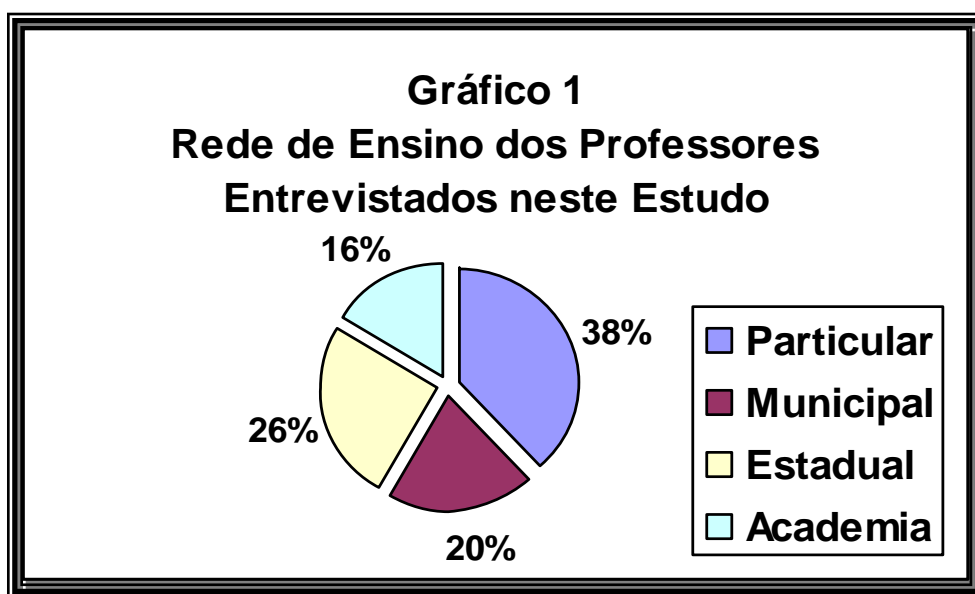
São poucas as escolas que aderiram a política da Educação Inclusiva, tanto na rede pública como na particular, muitos professores confirmaram a não existência de alunos com necessidades especiais nas escolas em que lecionam, outros confirmam a existência de alunos especiais, mas que os mesmos são “dispensados” mesmo antes de terem acesso as aulas de Educação Física.

De acordo com SANTIN apud SOUSA (2002, p. 37):

“É interessante observar que a Educação Física é a única que conseguiu criar leis para que certos alunos fossem dispensados, alegando razões que, olhadas com atenção, mostram exatamente que esses dispensados são os que mais necessitam da atenção do educador. Mas, como, para alguns, Educação Física é sinônimo de determinado perfil de desempenhos atléticos, parece ser norma a dispensa...Note-se, ainda, que em nenhum curso alguém é dispensado de história, de gramática ou de línguas, porque tem problemas de aprendizagem. Não há dispensa. A educação física deve ser indispensável ”.

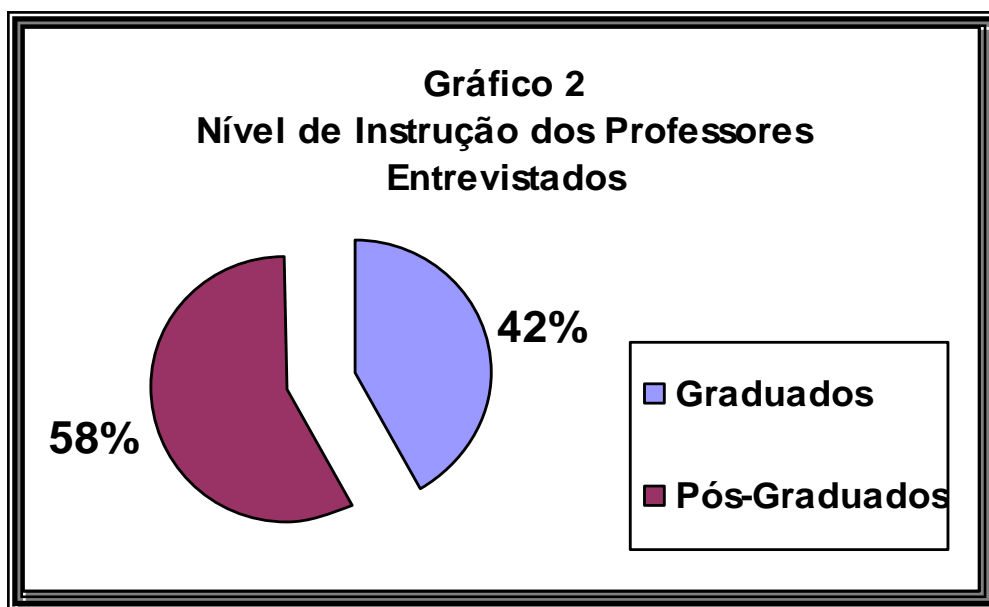
Concordando com esse autor, e reiterando que a Educação Física deve ser indispensável, principalmente, para os excluídos. E por acreditar nesta área do conhecimento como possibilidade de contribuir para a formação dos alunos, com deficiência ou não, faz-se necessário procurar caminhos para solidificar uma Educação Física de especial qualidades, ou seja, uma Educação Física Inclusiva (SOUSA, 2002)

A maioria dos participantes da pesquisa atuavam em escolas como pode ser observado abaixo:

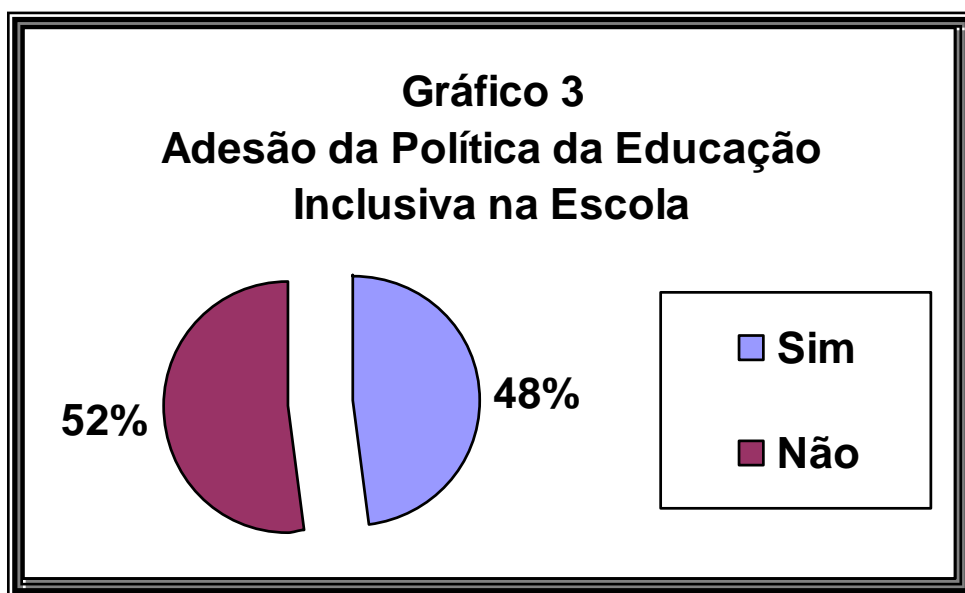


Quanto a faixa etária a maioria dos professores tinha entre 23 e 48 anos. Quanto ao sexo 54% da amostra era do sexo feminino e o restante 46% do sexo masculino.

Quanto a formação dos profissionais é possível observar no gráfico 2 abaixo que a maioria tinha nível de pós-graduação.



Vimos que o conhecimento de alguns profissionais de Educação Física, ainda é precário com relação a educação especial, tal vez por não terem tido a oportunidade de passarem por disciplinas relacionadas a Educação Física Especial durante a sua formação, ou talvez, por falta de interesse de alguns colegas já algum tempo no mercado. Apesar de concordarem que a inclusão é a maneira certa de trabalharmos a integração de todos, ainda é muito restrito o conhecimento com relação à Educação Especial como mostra o Gráfico 3.



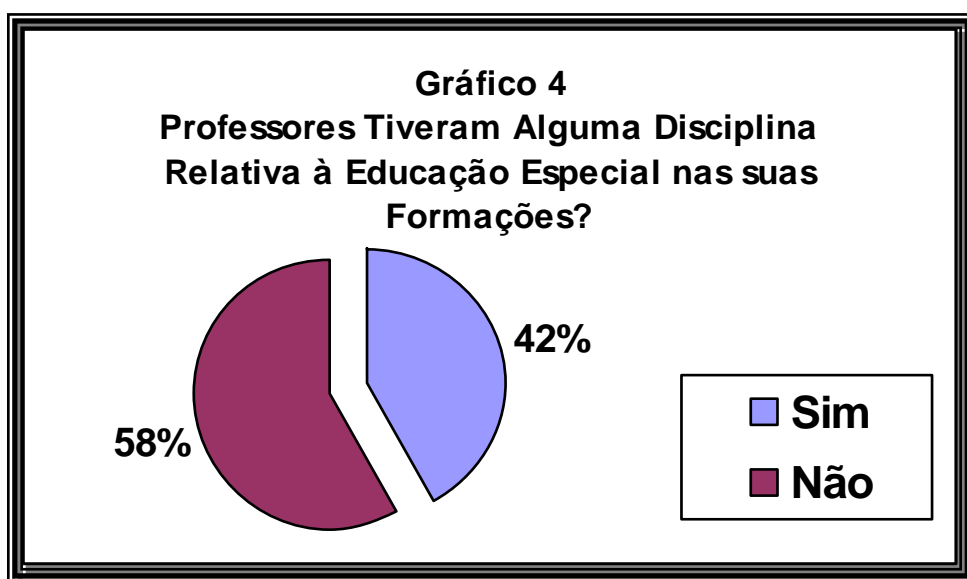
Em certas escolas, ainda é desconhecida a presença de alunos com necessidades especiais, nem se fala, são totalmente leigas do assunto, ou se fazem desconhecida para não assumir o desinteresse pela inclusão de crianças especiais em suas turmas, como comprova o gráfico 4. Ainda falta muita coisa a ser feita com relação a inclusão, a começar pelas instalações, capacitação dos profissionais, assistência à comunidade, material, tanto na rede privada, que são poucas as escolas que aderiram, como principalmente na rede pública.

Com relação a prática pedagógica do professor de educação física, percebe-se uma grande insegurança, pois 58% dos professores em sua formação não tiveram a oportunidade de freqüentarem alguma disciplina relacionada a educação especial.

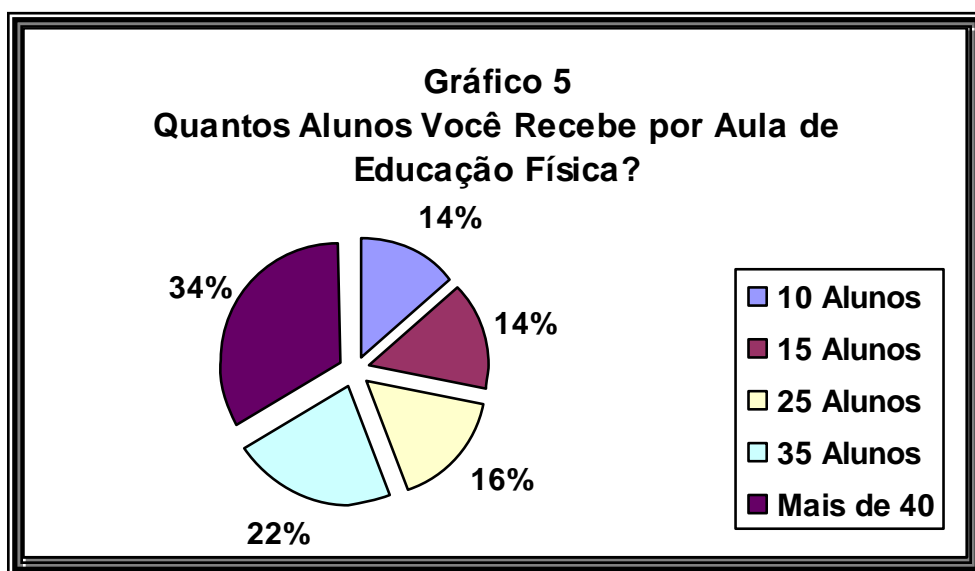
Em uma entrevista com o Professor Francelino, coordenador do curso de Educação Física da Faculdade integrada do Ceará – FIC, ele comenta que:

“As escolas também não podem incluir crianças com necessidades especiais se os profissionais, as pessoas não estão preparadas. É por isso que as escolas estão vazias, sem esse tipo de aluno. Eu só posso dizer que vai haver respeito a todos, respeito as diferenças, respeito as variações individuais, se as pessoas souberem lher com isso, se as pessoas não sabem lher com isso, é pura fantasia dizer que as escolas tem que receber as crianças portadoras de deficiência. Eu acho muito bom que primeiro as pessoas se capacitem para lher com o aluno especial. Tem que haver uma capacitação na escola pública e na escola privada. Querem que os professores que não sabem lher com crianças portadoras de dificuldades, dêem o mesmo tratamento numa escola, sem ele ter uma capacitação, uma preparação, uma formação para isso, é querer exigir dele

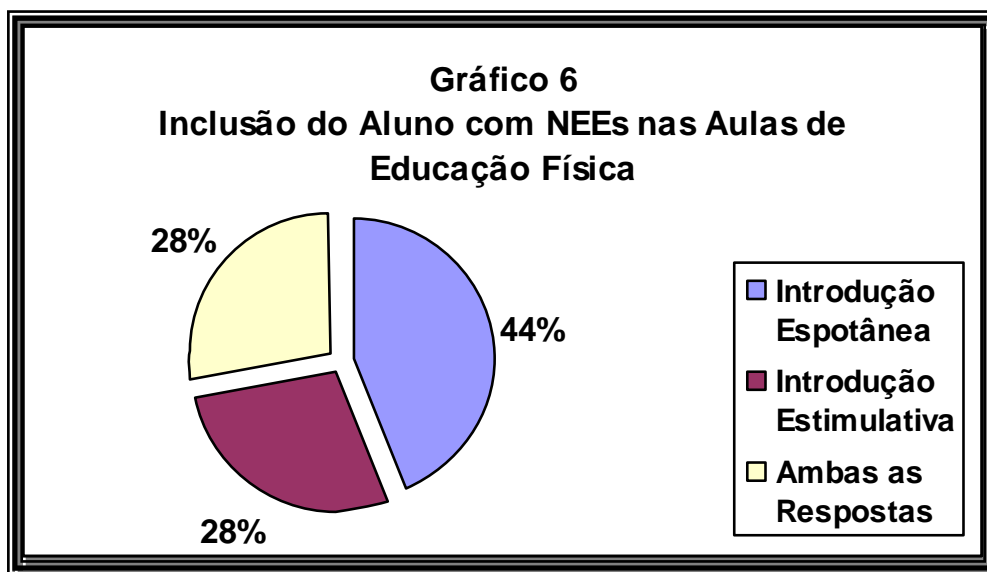
uma coisa que ele não sabe. Então eu acho que é comum você ver alguns desastres nas escolas, quando colocamos os alunos no mesmo nível com alunos ditos “normais”. Você percebe um grande conflito. Por que um conflito? Por que os alunos e professores não tiveram uma preparação para lhe dar com esse tipo de coisa. Então o ideal é que deva primeiro existir um treinamento, uma preparação, não só dos professores, mas de todo corpo técnico, e profissional, desde o diretor ao porteiro. Pois todos são membros de uma escola, e todos tem o direito a uma escola. Agora uma escola de respeito com dignidade e que todos possam se respeitar nesse ambiente de inclusão”.



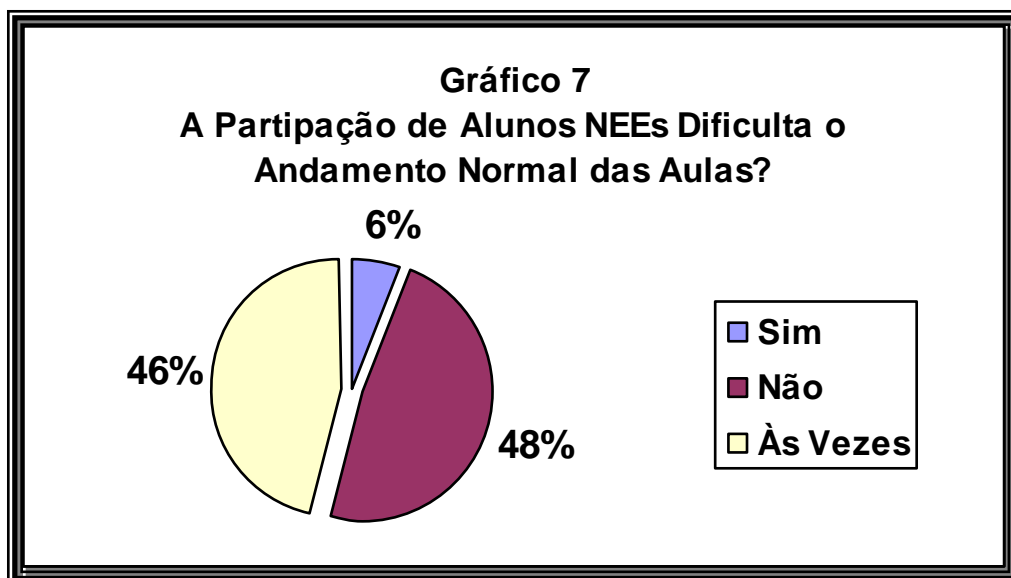
O fato de um percentual superior a 50% - como pode ser visualizado –dos participantes deste estudo afirmar que tem entre 35-40 alunos por aula de educação física é um aspecto que pode dificultar a inclusão de alunos com NEEs nestas aulas.(ver gráfico 5)



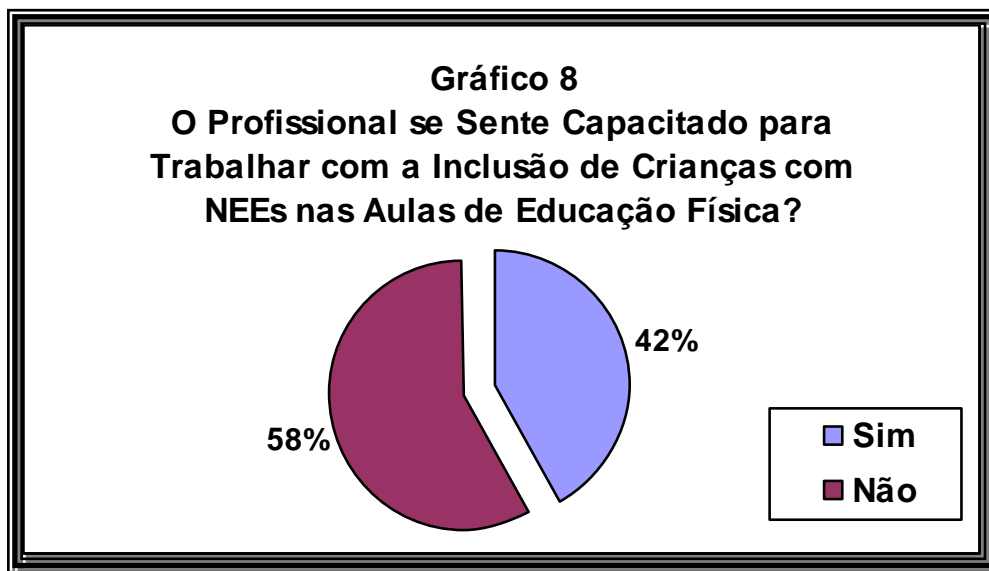
Outro aspecto a ser frisado diz respeito a forma como o aluno com NEEs são estimulados a participar das aulas, sendo observado que a maioria dos professores deixam esses alunos aleatoriamente, não por acharem que essa é a melhor conduta, mas por não saberem qual o melhor atitude a tomar como mostra o gráfico 6 abaixo.



No gráfico a seguir observamos o grau de insegurança dos professores de Educação Física, sendo uma expressiva quantidade destes que consideram a participação de alunos com NEEs em suas aulas, às vezes, prejudiciais.



Observamos que o nível de capacitação ativa deixa muito a desejar, sendo que a maioria dos profissionais de Educação Física se considera incapacitado para trabalhar com alunos com NEEs. Apesar da boa vontade, o desconhecimento gera receios, como mostra o gráfico 8.



Porém, vale salientar que o profissional de Educação Física, deve desde a sua formação ter um bom embasamento, e que não fique só na sua formação, que ele esteja se reciclando, estudando, pesquisando, aprofundando-se, pois o mercado de trabalho está cada vez mais exigente.

Segundo o Professor Francelino, “hoje o Ceará tem cinco faculdade de Educação Física e todas elas com seus currículos atualizados, todos os profissionais, estão saindo preparados para entender melhor essa realidade. Nós da área da Educação Física somos privilegiados, porque somos dos poucos profissionais da área de saúde e educação, que trabalhamos com o deficiente de uma forma encantadora, de uma forma produtiva, ocupacional, de uma forma lúdica, de uma forma interativa, de uma forma que ele passa a desenvolver através dos jogos, da recreação, dos jogos cooperativos. Nós temos utilizado muito a Educação Física em benefício dessa categoria. Falta as outras áreas da Educação se conscientizarem mais também, e não ficarem esperando que as coisas aconteçam”.

De acordo com o Professor Ricardo Catunda, Presidente do Conselho Regional de Educação Física:

“há uma grande dificuldade por conta dos profissionais que atuam na área da educação em geral , não só o da Educação Física. O professor da sala de aula está apavorado, por não saber lher dar com o “deficiente”, o professor de Educação Física, que antes não tinha em

nossa formação cadeiras voltadas para a educação especial, e que na realidade é esse profissional que está atualmente no mercado de trabalho, na escola principalmente, (como nos mostra o gráfico nº 04 e 07). Preocupados com isso nós procuramos desenvolver em maio de 2003 o Fórum Nordeste Sobre a Educação Física Escolar, só que nesse Fórum, nós abordamos a questão da Intervenção Profissional, da qualidade, que passa logicamente por uma ética, uma ética de que para trabalhar é preciso ter pelo menos o mínimo de conhecimento. A preocupação do conselho é pela formação do profissional. Nós temos hoje aqui as Diretrizes Curriculares à serem aprovadas , e a nossa grande dificuldade é fazer constar nessas leis, as nossas habilidades e competência. Exatamente pra que? Para ao colocar as habilidades e as competências dentro das Diretrizes Curriculares seja obrigatório dentro das universidades o oferecimento das disciplinas que contemplem a nossa intervenção profissional. O conselho é um órgão regulador, fiscalizador, e a preocupação dele é fiscalizar que tipo de prática está sendo aplicada hoje pelos profissionais? Que tipo de competência nós recebemos , aponto de ter a capacidade de receber um aluno e fazer um trabalho de inclusão, de aprendizagem, de desenvolvimento, que esse aluno possa crescer e ser um pouco mais através de nossas aulas”.

Segundo essa pesquisa, ainda temos um grande campo a conquistar. Enquanto as instituições de um modo geral, Estadual, Municipal e Privada, não fizerem valer a lei que protege o deficiente, ainda temos uma luta muito grande.

De acordo com o Professor Francelino,

“é preciso que a sociedade civil como um todo, possa entender, olhar para o deficiente como um eficiente , uma pessoa capaz de desenvolver algum trabalho. Falta um trabalho maior dentro da comunidade, dentro da própria mídia, no meio de divulgação, e que os órgãos competente se voltem mais para as necessidades que a educação atravessa hoje. Que a sociedade aprenda a respeitar o deficiente como um membro produtivo, capaz de produzir. Que as instituições de saúde, passe à ver um deficiente como um agente produtivo, e não como um miserável, um pedinte ou alguma coisa parecida. O que ainda falta? Que seja resolvido na comunidade, no seio da sociedade civil, um processo de conscientização e que as instituições sejam ela na Constituição Civil, na Saúde, no Transporte, seja ela no setor Industrial, Agrícola, no setor Educacional, que todas elas busquem dentro das

suas políticas, dentro dos seus planos, dentro da sua estruturação, das organizações, dentro dos seus organogramas, o respeito ao portador de necessidades especiais, mas o respeito com o olhar daquele que possa produzir e não como um deficiente incapaz. Que haja na sociedade uma compreensão nítida de que o deficiente é um eficiente em potencial para produção. O que ainda falta? Falta os próprios meios de comunicação, falta as escolas, os documentos públicos ligados ao governo, ao senado, à Câmara Federal, Municipal, à Câmara dos Deputados, que os documentos passem a ver o deficiente com membro sujeito da população, que tem direito a cidadania, que essa cidadania seja garantida quando se garante também o direito à Educação, à Saúde, o Transporte para todos”.

Constatamos que se faz mais do que necessário a presença do profissional de Educação Física, com todo o seu conhecimento e potencial voltado para o desenvolvimento infantil e a importância da inclusão de todos, independente de serem portadores de alguma necessidade ou não, em todo meio de educação.

Finalizando nossa pesquisa, pude perceber que podem se fundir nas mãos de um professor de Educação Física, a verdadeira idéia da Educação Física e a Inclusão. Basta para isso que o professor dê um passo na sua “conscientização” diante da importância de sua presença ativa na escola e de suas habilidades e competência.

Partindo do conhecimento intelectual para a prática consciente transformamos em “realidade” esta relação importante e fundamental, não privando assim, a criança dessa atividade tão necessária no mundo de hoje, para um desenvolvimento harmonioso.

Esperamos assim contribuir com o fortalecimento do elo de ligação entre Educação Física e Inclusão, na busca do bem estar daqueles que nos motivaram a esta pesquisa, ou seja, “as crianças”.

7. - Conclusão

Percebemos que alguns professores se preocupam e buscam alternativas ao encontrar em suas turmas um aluno que se distancie dos padrões estabelecidos como normalidade. Todos acreditam que as crianças são capazes de aprender, desenvolver-se, independente de suas características peculiares. Mas por outro lado, questionam como fica esta criança se a própria escola de ensino regular, não tem conseguido respostas nem para o fracasso educacional de seus alunos ditos normais, principalmente da escola pública.

Vivemos numa sociedade excludente que vem, através da política neoliberal, aumentar a distância entre discurso e prática em relação aos direitos sociais adquiridos historicamente. A escola, mesmo sendo palco de lutas, por existir em seu interior relações de conflito, contradições, acaba reproduzindo esse modelo social (VEIGA apud FARIAS, 1999).

A maioria dos participantes concorda que os caminhos é que precisam ser diferentes, ou seja, as técnicas, metodologias, recursos, etc. O aprendizado em si é visto como um processo contínuo, construído socialmente, onde ninguém pode estabelecer limites. Portanto, o professor é o condutor deste processo, intervindo a todo instante para a evolução do aprendizado.

É como afirma CARLOS apud FARIAS (1999, p. 85):

“Nessa perspectiva, a educação não fica à espera do desenvolvimento intelectual da criança. Ao contrário, sua função é levar o aluno adiante, pois quanto mais ele aprende, mais se desenvolve mentalmente”.

Nesta visão, o insucesso da aprendizagem, que antes centrava-se nas características do aprendiz, passa a ser vista por outro ângulo, ou seja, o insucesso é de um conjunto, de um todo e, conseqüentemente, do sistema educacional com seus integrantes: educadores, escola, ideologia e modelos padronizados, por não conseguirem remover as barreiras para a aprendizagem.

Porém, quanto a Inclusão, a maioria dos participantes já recebeu algum tipo de informação, mas se percebe a necessidade de informações mais aprofundadas, relacionada ao tema. E também, que o curso ministrou propiciou um momento de diálogo e discussão sobre esta temática.

Ressaltando que a Educação Especial assume um novo papel no processo de inclusão, deixando de ser uma área restrita aos especialistas e professores especializados, pois sua abrangência agora é no sistema regular de ensino, apoiando e orientando os demais profissionais da Educação.

Segundo ROCHA apud FARIAS (1999, p. 86), o novo papel da Educação Especial é:

“Socializar suas profundas discussões internas, aperfeiçoando estratégias educacionais, formando recursos humanos, oferecendo assessoria, planejamento e acompanhamento, desenvolvendo trabalho de preparação para os alunos ingressarem na rede regular de ensino”.

Quanto mais cedo compreendermos a concepção de escola inclusiva, mais tempo teremos a favor da luta pela educação sistematizada dessas pessoas que tiveram e ainda têm uma história de exclusão em dose dupla.

Baseando-se no princípio de que o sistema educacional deve promover a cidadania sem discriminações, fazemos as seguintes reflexões finais:

- Cabe aos sistemas de Educação determinar as grandes linhas de ações, os recursos, mas cabe a nós, professores, refletirmos em cima das nossas ações, não nos tornando mais uma barreira em relação a aprendizagem desse aluno, quando nos colocamos à distância do mesmo;
- A inclusão é um processo, não vai acontecer de uma vez só e para todas de uma só vez;
- A escola, a partir do seu projeto pedagógico, poderá abrir espaços para a formação do professor, sem esquecer a troca de experiências com profissionais da Educação Especial;
- Precisamos ser cidadãos, participantes do processo de mudança social, acompanhando, fiscalizando, denunciando e cobrando, quando necessário, dos nossos representantes legais projetos de leis que realmente tragam benefícios a todos, e dos projetos que já existem, que passem da fase de direito reivindicados e adquirido à fase de implantação de fato;
- É através do cotidiano da escola aliado à teoria e à assistência necessária em relação aos recursos, que iremos buscar meios de mais entendê-la como homogênea, mas como heterogênea, rica na sua diversidade e talvez aí encontramos as respostas para diversas indagações.

Apesar do debate sobre uma Escola Inclusiva Ter ganho mais destaque a partir dos anos 90, sempre houve profissionais espalhados pelo mundo que se preocuparam e se articularam com o objetivo de buscar caminhos para oferecer às pessoas que possuem características peculiares, e por isso marginalizadas, condições de minimizar ou superar as barreiras existentes no convívio social das mesmas, para que se garanta cada vez mais o seu acesso aos serviços públicos.

Para isso é necessário uma maior e melhor articulação entre a saúde, educação e ação social nas esferas estaduais e municipais, com o apoio devido da União, que é quem define os princípios gerais.

A Educação Física, nesse contexto, deve também se integrar de fato ao movimento de democratização do ensino de qualidade e de movimentos que busquem a extensão e efetivação dos direitos, desempenhando função

importante no apoio à educação comum, que deve reconhecer que não podemos e nem devemos cair nos extremos: achar que a escola já está pronta para esse alunado ou achar que ela só poderá recebê-lo quando estiver toda estruturada para isso.

Lembramos, ainda, que precisamos, no âmbito da escola, prepararmos-nos, enquanto profissionais que na nossa formação pouca informação tivemos, para podermos praticar a integração/inclusão dos portadores de necessidades especiais que, quando mal planejada e conduzida, não terá nada a oferecer a essas pessoas, a não ser o que elas já têm, apenas um lugar na sala de aula da escola comum.

Ressaltamos as contribuições do aluno com necessidades especiais para a sua própria inserção social, no que se refere à transformação que poderá trazer à Educação Física, se estiver presente, integrado, incluso nesse contexto.

Reconhecemos que existe, ainda, na educação e, conseqüentemente, nas aulas de Educação Física, perspectivas tradicionais de ensino. Desta forma, temos consciência de que ao defendermos a possibilidade de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na Educação Física escolar, estaremos avançando à perspectivas mais progressistas de ensino, tais como: crítico-social, crítico-superadora, emancipatória, dinâmica-dialógica, entre outras. E que os professores de Educação Física, principalmente aqueles que trabalham com essas perspectivas consideradas avançadas de ensino, devem, pelo menos, suscitar um repensar nos objetivos, métodos, funções sociais, tempo, espaço e conhecimento, principalmente para incluir o aluno com deficiência na Educação Física Escolar.

“A inclusão proporciona uma visão arrojada de escola, ensino, educação, e de Educação Física. Com isto, torna-se indispensável a valorização do magistério, o investimento na formação dos professores, assim como melhores condições de trabalho e salários dignos, em face do papel político e social que representam esses profissionais” (CARVALHO, 1999).

Por fim, o estudo pretendeu ser uma abertura para aqueles que queiram continuar pesquisando na área com o intuito de se integrar na luta por uma escola que de fato dê acesso a todos, e que motive novos trabalhos, que somadas, contribuirão para o progresso nas aulas de Educação Física.

8. - BIBLIOGRAFIA

- BETTI, M. **A Janela de Vidro: Esporte, Televisão e Educação Física.** Campinas/SP., Papyrus, 1998.

- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campos, 1992.
- BRANDÃO, Ivaldo. **A Educação Física e os Portadores de deficiência**. Revista E.F., Ano II, Nº 08 – Órgão Oficial do CONFEF. Agosto/2002.
- CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo. Editora Cultrix, 1996.
- CARMO, Apolônio Abadio. **Deficiência Física : A Sociedade Cria, Recupera e Discrimina**. 2ª ed. Brasília. Escopo 1991.
- CARVALHO, A. M. de . **Exclusão Social: O Brasil Continua o Mesmo**. Revista Presença Pedagógica, V. 05, Nº 30, 1999.
- CARVALHO, João. **A Educação Física e os Portadores de Deficiência**. Revista E.F., Ano II, Nº 08 – Órgão Oficial do CONFEF. Agosto/2003.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Integração Inclusão e modalidade da Educação Especial: Mitos e Fatos**. Revista Integração. Ano 07, nº 18,1997.
- CARVALHO, Rosita Edler. **A LDB na Educação Especial**. Revista Espaço: Informativo Técnico, Científico do INES. Rio de Janeiro. Junho, 1998.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: A História que Não se Conta**. Papirus Editora. Campinas, 1988.
- CAVALCANTE, Sérgio. **A Educação Física e os Portadores de Deficiência**. Revista E>F>, Ano II, Nº08, Agosto/2003.
- CIDADE, R. E. & FREITAS, P.S. **Noções Sobre Educação Física e Esporte Para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Uberlândia, 1997.
- CIDADE, Ruth Eugenia & FREITAS, Patrícia Silvestre. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola**. Artigo da Revista Integração. Ano 14- Edição Especial - MEC/SEESP/ 2002.
- CORREIA, M.M.; NABEIRO, M.; GAM, R.I.R.B. & PEDRINELLI, V.J. **Da Ginástica Médica à Anais do III Simpósio Paulista de Educação Física Adaptada**. São Paulo: USP, 1990.
- COOK, R. E. **Instabilidade Atlanto-Axial nas Pessoas com Síndrome de Down**. Trad.: Amélia Vampré Xavier. Mensagem da APAE-Ano 12.
- CRUZ, Gilmar de Carvalho; Pimentel, Écliton dos Santos & Basso, Luciano. **A Formação Profissional do Professor de Educação Física Diante das Necessidades Educativas Especiais de Pessoas Portadoras de Paralisia Cerebral**. Artigo da Revista Integração. Ano 14 – Edição Especial – MEC/SEESP/2002.
- DAMASCENO, M^a Valéria, Nogueira. **Educação Física e a Psicomotricidade: Ilusão ou Realidade**. Monografia, Universidade de Fortaleza -UNIFOR 1997.
- **Documento de Intervenção do Profissional de Educação Física – Resolução CONFEF, nº046/2002**.
- FARIAS, Diana Márcia Mendes. **Teoria e Prática da Inclusão de Alunos portadores de Deficiência na Escola Pública: Faces Opostas de um mesmo Processo**. Monografia – Universidade Estadual do Ceará - UECE, 1999.
- FERREIRA, Júlio R. **A Exclusão da Diferença: A Educação do portador de Deficiência**. Prefácio de Gilberta Jannuzzi. Piracicaba – UNICAMP, 1993
- FREITAS, P. S. & CIDADE, R. E. **Noções sobre Educação Física e Esporte Para Pessoas Portadoras de Deficiência: Uma Abordagem para professores de 1º e 2º Graus**. Uberlândia – MG. Gráfica Brenda, 1997.
- GASPARI, E. **A Palavra e o Pecado**. Revista Veja. 08 de Maio/1991.
- GUENA JÚNIOR, Lorival O. **História da Educação Física Escolar**. E.P.U.. Editora Pedagógica e universitária Ltda. São Paulo/SP. 1988.
- HOBBS, N. **The Futures of Children**. San Francisco: Jossey – Bass..

- KOLINYAK FILHO, Carol. **Educação Física: Uma Introdução**. EDUC – Editora da PUC/SP. 1996.
- LEMOS, Elisabeth Ferretil. **O princípio da inclusão: Um Elemento da Metodologia das aulas de Educação Física**. Revista Integração. Ano 14. Edição Especial. MEC/SEESP. 2002.
- LOPARIC, Z. **Ética e Deficiências**. Palestra Realizada Durante a 1ª Jornada de Pesquisadores, Ética & Deficiência. Promovida pelo Laboratório de Estudos sobre Deficiências do Instituto de Psicologia da USP. Setembro/2000.
- MARINHO, Inezil Penna. **História Geral da Educação Física**. CIA. Brasil Editora. São Paulo/SP. 1980.
- MANZINI, Eduardo J.& BRANCATTI, Paulo Roberto. **Educação Especial e Estigma: Corporeidade, Sexualidade e Expressão Artística**. CAPES, UNESP. Marília, Publicações. 1999.
- MAZZOTTA, Marcos J. S. **Fundamentos da Educação Especial**. Série Cadernos de Educação. 1982.
- PEDRINELLI, Verena Junghähnel. **Curso de Extensão universitária em Educação Física Adaptada: A criança Portadora de DM, DA, DV, DF e a Prática de Atividade Física**. São Paulo. Escola de Educação Física da USP. 1991.
- PEDRINELLI, V. J. **Formação de Esquema Motor em Criança Portadoras de Síndrome de Dawn**. Dissertação de Mestrado – Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo. 1989.
- PEDRINELLI, V. J. **Possibilidades na Diferença: O processo de Inclusão de Todos Nós**. Revista Integração. Anp 14 – Edição Especial – MEC/SEESP. 2002.
- PEDRINELLI, V.J. **Educação Física Adaptada: Conceituação e Terminologia. Educação Física e Desporto Para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília – MEC/SEDES – SESI-DN. 1994.
- PELLEGRINI, A. M. & JUNGHANEL, V. **A Educação Física no Ensino de Primeiro Grau e a Pessoa Portadora de Deficiência**. Texto não publicado.
- RIBAS, João B. Cintra. **O Que São Pessoas Deficientes**. São Paulo. Nova Cultura Brasiliense. 1985.
- ROSADAS, Sidney de Carvalho. **Educação Física Especial**. Rio de Janeiro: O Livro Médico. 1984.
- ROSADAS, S. C. **Educação Física Especial para Deficientes**. 3ª ed. Livraria Atheneu Editora. Rio de Janeiro. 1991.
- SKLIAR, Carlos. **Introdução. Abordagem sócio-antropológicas em educação especial**. In. SKLIAR, Carlos (Org.) Educação e Exclusão. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 2. Ed. Nº 2, junho a dez. 1987.
- SOARES, et al. **A Educação Física Escolar na Perspectiva do Século XXI**. In: Educação Física & Esporte . Campinas/SP. Papirus, 1993.
- SOUZA, Sônia Bertoni. **Educação Física Inclusiva: Um Desafio para o Século XXI**. Revista Integração. Ano 14. Edição Especial – MEC/SEESP. 2002.
- TELFORD, C. W. & SAWREY, J. M. **O Indivíduo Excepcional**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 1984.
- VAGO, Tarcísio M. **Das Escrituras à Escola Pública: A Educação Física Nas Séries Iniciais do 1º grau**. Discorpo vol. 07. 1997.
- WERNECK, Cláudia. **Ninguém Mais Vai Ser Bonzinho na Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro. WVA, 1997.

ANEXO

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Com as respostas deste questionário você irá contribuir para melhoria da formação dos profissionais de Educação Física. Não existem respostas certas ou erradas. Tudo que você responder será importante para gerar melhor conhecimento.

Obrigada pela colaboração!

Dados do entrevistado:

Nome do professor:

Nome da escola:

1 – Rede de ensino: () Particular () Municipal () Estadual () Academias

2 – Idade ()

3 – Sexo () Masc. () Fem.

4 – Você é:

() Acadêmico

() Graduado

() Pós-Graduado

5 – O que você entende por Educação Física Inclusiva?

() Bastante

() Alguma coisa

() Muito pouco

() Nada

6 – A sua escola aderiu à política da educação inclusiva?

() Sim

() Não

7 – Você cursou alguma disciplina relativa a inclusão da criança especial no curso de Educação Física?

() Sim

() Não

8 – Quantas vezes por semana você se dedica a esse trabalho?

() 1 Vez () 2 Vezes () 3 Vezes () Mais de 3 Vezes () Às Vezes

() Nenhuma

9 – Quantos alunos você recebe por aulas de educação física?

() 10 Alunos () 15 Alunos () 25 Alunos () 35 Alunos () Mais de 40 alunos

10 – Os alunos demonstram satisfação em fazer as atividades propostas durante as aulas?

() Sim () Não

11 – Qual a faixa etária trabalhada nas aulas?

() Abaixo de 6 anos () De 6 à 10 anos () De 11 à 15 anos () De 15 à 20 anos

() Acima de 20 anos () Todas as idades

12 – Como é a sua participação na introdução dos alunos com NEEs nas aulas de Educação Física?

() Introdução espontânea

() Introdução estimulada

() Ambas as respostas

13 – A participação de alunos com NEEs dificulta o andamento normal das aulas?

Sim Não As vezes

14 – Você se acha capacitado para trabalhar com inclusão de crianças com NEEs em suas aulas?

Sim Não